Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025 10

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024 11

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023 12

Demonstração de Valor Adicionado 13

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 15

Notas Explicativas 21

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 75

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 80

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM) 81

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 83

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 84

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	119.162.783
Preferenciais	113.288.564
Total	232.451.347
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	823.248
Total	823.248

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	32.401.311	0	0
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.696	0	0
1.01.01	Caixa	38.696	0	0
1.02	Ativos Financeiros	29.179.956	0	0
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	8.374.198	0	0
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	7.118.274	0	0
1.02.02.02	Derivativos	1.255.924	0	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	2.063.167	0	0
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	2.063.167	0	0
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	18.742.591	0	0
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	865.221	0	0
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	5.778.543	0	0
1.02.04.04	Operações de Crédito	12.754.481	0	0
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-947.650	0	0
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	291.996	0	0
1.03	Tributos	1.052.851	0	0
1.03.03	Outros	1.052.851	0	0
1.04	Outros Ativos	1.323.475	0	0
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	343.798	0	0
1.04.03	Outros	979.677	0	0
1.05	Investimentos	721.850	0	0
1.05.03	Participações em Controladas	720.590	0	0
1.05.05	Outros Investimentos	1.260	0	0
1.06	Imobilizado	59.622	0	0
1.06.01	Imobilizado de Uso	86.853	0	0
1.06.03	Depreciação Acumulada	-27.231	0	0
1.07	Intangível	24.861	0	0
1.07.01	Intangíveis	40.449	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.07.03	Amortização Acumulada	-15.588	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	32.401.311	0	0
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	2.245.844	0	0
2.01.09	Outras Obrigações	2.245.844	0	0
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	26.032.303	0	0
2.02.01	Depósitos	15.531.929	0	0
2.02.01.01	Depósitos Interfinaceiros	538.430	0	0
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	14.911.580	0	0
2.02.01.03	Depósitos à Vista	81.919	0	0
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	4.681.536	0	0
2.02.02.01	Carteira Própria	4.681.536	0	0
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	4.837.331	0	0
2.02.03.01	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	1.601.551	0	0
2.02.03.02	Recursos de letras financeiras	2.556.922	0	0
2.02.03.04	Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	678.858	0	0
2.02.04	Outras Captações	981.507	0	0
2.03	Provisões	13.126	0	0
2.05	Outros Passivos	2.704.446	0	0
2.05.07	Outros Passivos	2.704.446	0	0
2.07	Patrimônio Líquido	1.405.592	0	0
2.07.01	Capital Social Realizado	1.000.910	0	0
2.07.02	Reservas de Capital	9.832	0	0
2.07.02.04	Opções Outorgadas	17.902	0	0
2.07.02.05	Ações em Tesouraria	-8.070	0	0
2.07.04	Reservas de Lucros	396.548	0	0
2.07.04.01	Reserva Legal	45.866	0	0
2.07.04.02	Reserva Estatutária	350.682	0	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.698	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	4.847.324	0	0
3.01.01	Operações de Crédito	3.004.153	0	0
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliarios	2.112.624	0	0
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-288.044	0	0
3.01.05	Operações de empréstimos e repasses	18.591	0	0
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.817.754	0	0
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-3.392.207	0	0
3.02.03	Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	-425.547	0	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.029.570	0	0
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-354.522	0	0
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	30.722	0	0
3.04.03	Despesas com Pessoal	-146.936	0	0
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-345.564	0	0
3.04.05	Despesas Tributárias	-43.533	0	0
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	46.395	0	0
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-28.091	0	0
3.04.07.01	Outras despesas operacionais	-21.256	0	0
3.04.07.02	Outras despesas não operacionais	-6.835	0	0
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	132.485	0	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	675.048	0	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-120.080	0	0
3.06.01	Corrente	-79	0	0
3.06.02	Diferido	-120.001	0	0
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	554.968	0	0
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	554.968	0	0
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-111.374	0	0
3.10.01	Participações	-111.374	0	0
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	443.594	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.99	Lucro por Ação (R$/Ação)	190.833	0	0
3.99.01	Lucro Básico por Ação	190.833	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	443.594	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	1.912	0	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	445.506	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-1.455.173	0	0
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	812.911	0	0
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	443.594	0	0
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	369.317	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.268.084	0	0
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-170.835	0	0
6.01.02.02	(Aumento) redução de Titulos e Valores Mobiliários	-4.963.789	0	0
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Operação de Crédito	-4.409.064	0	0
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Outros de Crédito	918.683	0	0
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos	1.976.880	0	0
6.01.02.08	(Aumento) Redução de Depósitos	435.314	0	0
6.01.02.09	(Aumento) Redução de Operações Compromissadas	-304.581	0	0
6.01.02.10	(Aumento) Redução de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	2.471.599	0	0
6.01.02.11	(Aumento) Redução de Obrigações por Empréstimos e Repasses	152.596	0	0
6.01.02.12	(Aumento) Redução de Outras Obrigações	1.625.113	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-59.818	0	0
6.02.01	Alienação de Imobilizado de Uso	-15.612	0	0
6.02.03	Aplicações/Alienações no Intangível	-10.629	0	0
6.02.07	Aumento de capital em controladas	-33.570	0	0
6.02.08	Aquisição de outros investimentos	-7	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-270.516	0	0
6.03.02	Aquisição de Ações em Tesouraria	-73.290	0	0
6.03.03	Juros Sobre o Capital Proprio e Dividentos Pagos	-123.902	0	0
6.03.04	Aumento (Redução) em obrigações por divida subordinada	-121.556	0	0
6.03.05	Aumento de capital	48.232	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	63.641	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.721.866	0	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.327.840	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	605.974	0	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	952.678	-15.289	293.428	0	0	-3.610	1.227.207
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-171.404	0	-171.404
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.678	-15.289	293.428	0	-171.404	-3.610	1.055.803
5.04	Transações de Capital com os Sócios	48.232	25.121	-15.104	0	-153.966	0	-95.717
5.04.01	Aumentos de Capital	48.232	0	0	0	0	0	48.232
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	25.121	-15.104	0	0	0	10.017
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-6.300	0	-6.300
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-147.666	0	-147.666
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	443.594	1.912	445.506
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	443.594	0	443.594
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	1.912	1.912
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	1.912	1.912
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	118.224	0	-118.224	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	118.224	0	-118.224	0	0
5.07	Saldos Finais	1.000.910	9.832	396.548	0	0	-1.698	1.405.592

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Justificativa: De acordo com a resolução CMN 4.966, Art. 79. As instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Justificativa: De acordo com a resolução CMN 4.966, Art. 79. As instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	4.521.253	0	0
7.01.01	Intermediação Financeira	4.847.324	0	0
7.01.02	Prestação de Serviços	30.722	0	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-425.547	0	0
7.01.04	Outras	68.754	0	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.392.207	0	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-368.609	0	0
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.060	0	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-283.768	0	0
7.03.04	Outros	-83.781	0	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	760.437	0	0
7.05	Retenções	-15.554	0	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.554	0	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	744.883	0	0
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	132.485	0	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	132.485	0	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	877.368	0	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	877.368	0	0
7.09.01	Pessoal	258.310	0	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	94.753	0	0
7.09.01.02	Benefícios	22.014	0	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	6.388	0	0
7.09.01.04	Outros	135.155	0	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	163.612	0	0
7.09.02.01	Federais	161.026	0	0
7.09.02.03	Municipais	2.586	0	0
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	11.852	0	0
7.09.03.01	Aluguéis	11.852	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	443.594	0	0
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	153.966	0	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	289.628	0	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de 28 anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco Pine combina agilidade e foco no cliente com um modelo diversificado, eficiente e integrado, apoiado em dados, tecnologia, especialização setorial e alocação de capital em diferentes segmentos, sustentando crescimento, rentabilidade e resiliência de forma consistente.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por eventos geopolíticos e geoeconômicos relevantes, cujos efeitos devem se estender por vários anos sobre a economia e os mercados globais. Nos Estados Unidos, a posse de Donald Trump e a adoção de uma série de mudanças profundas na condução da política econômica contribuíram para a desvalorização do dólar norte-americano e para a valorização de metais preciosos, refletindo o aumento da busca por ativos considerados reserva de valor e o debate sobre o papel dos EUA na ordem econômica global.

No Brasil, o destaque foi o crescimento moderado do PIB, associado à desaceleração da inflação e à manutenção da política monetária em terreno contracionista.

A atividade econômica doméstica seguiu em trajetória de desaceleração gradual, corroborando o cenário de “soft landing” brasileiro. O Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou crescimento de 2,38% no acumulado até novembro de 2025.

Segundo o IBGE, o setor de serviços apresentou crescimento de 2,7% no ano até novembro, enquanto a produção industrial avançou 0,6%. Em contraste, o comércio varejista ampliado registrou queda de 0,3% no mesmo período.
A taxa de desemprego alcançou a mínima histórica de 5,1% no ano, ante 6,2% em 2024. Esse movimento foi explicado pelo aumento de 1,2 milhão na população ocupada (+1,1%) no período, enquanto a força de trabalho ficou praticamente estável (-0,01%). O rendimento real e a massa de rendimento real apresentaram expansão de 5,0% e 6,4%, respectivamente, na mesma base de comparação.

A inflação medida pelo IPCA acumulou alta de 4,26% em 2025, situando-se dentro do limite superior da meta (3,0%, com tolerância de ±1,5 p.p.). Os preços livres, mais sensíveis ao ciclo econômico, registraram alta de 3,92% no ano, enquanto os preços administrados avançaram 5,29%.

A taxa básica de juros Selic encerrou 2025 em 15,0% ao ano. O Banco Central adotou tom firme em sua comunicação, reafirmando o compromisso com a convergência da inflação ao centro da meta no horizonte relevante de política monetária.

Em função do aperto das condições financeiras ao longo do ano, o custo do crédito apresentou tendência de alta durante todo 2025. A taxa de juros da carteira de recursos livres ficou em 60,1% a.a. para pessoas físicas e em 25,0% a.a. para pessoas jurídicas. O spread bancário para recursos livres ficou em 46,3 p.p. para pessoas físicas e em 11,9 p.p. para pessoas jurídicas. O estoque total das operações de crédito bancário atingiu R$ 7,12 trilhões, aumento de 10,2% em relação a 2024. A carteira de recursos livres avançou 8,6% em relação ao ano passado e a de recursos direcionados, 12,5%, na mesma base de comparação. Por fim, a taxa de inadimplência referente a recursos livres de pessoas físicas ficou em 7,0% e, para pessoas jurídicas, 3,2%.

No setor externo, a balança comercial registrou superávit de R$ 68,3 bilhões em 2025, segundo o MDIC, representando queda de 7,9% em relação ao ano anterior. As exportações cresceram 3,5%, enquanto as importações avançaram 6,7%. O fluxo cambial total foi negativo em US$ 31,9 bilhões, com entrada líquida de US$ 49,2 bilhões no segmento comercial e saída de US$ 81,1 bilhões no segmento financeiro.

A desvalorização global do dólar, combinada às incertezas em torno da política econômica dos Estados Unidos, contribuiu para o desempenho positivo do real, que acumulou valorização de 13,1% em 2025.

Para 2026, o cenário permanece desafiador. No ambiente internacional, a elevada incerteza associada à administração norte-americana e ao curso da política monetária tende a continuar impactando os mercados de juros e a dinâmica do dólar global. No âmbito doméstico, projetamos desaceleração da demanda agregada, refletindo o nível ainda elevado da taxa de juros, além do aumento da incerteza política associado ao ciclo eleitoral. Nesse contexto, esperamos crescimento do PIB de 1,8% e inflação medida pelo IPCA entre 3,5% e 4,0% em 2026.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. DESEMPENHO

O ano de 2025 marca o início de um novo ciclo de elevada rentabilidade, sustentado pela execução disciplinada da nossa estratégia, pela consolidação de um modelo de negócios diversificado e múltiplas esteiras de crédito, e por uma alocação de capital cada vez mais eficiente.

No Varejo Colateralizado, obtivemos avanços relevantes, com destaque para a consolidação do crédito consignado privado e a expansão da operação de cartões consignado e de benefício. Produtos digitais, colateralizados e escaláveis ampliaram nossa base de clientes, aprofundaram o relacionamento e elevaram a rentabilidade do segmento. O uso intensivo de dados e tecnologia reforçou a eficiência para a continuidade do crescimento com retorno atrativo e ajustado ao risco. Realizamos movimentos estratégicos nas investidas do varejo, reforçando o foco em negócios de maior valor agregado, simplificando a estrutura societária e fortalecendo a geração de caixa e a opcionalidade futura.

No Atacado, atuamos de forma seletiva e conservadora no crédito corporativo, o que nos permitiu originar e estruturar oportunidades atrativas de alocação de capital, preservando a qualidade da carteira. As operações de derivativos e seguros ganharam escala, ampliando o cross-sell, a recorrência de receitas e a rentabilidade do relacionamento com os clientes. Investimos no fortalecimento da plataforma de Mercado de Capitais, expandindo nossa capacidade de originação, estruturação e distribuição, e consolidando mais uma avenida relevante de crescimento para os próximos ciclos.

Ao longo do ano, diversificamos nossas fontes de funding, ampliamos o acesso a instrumentos do mercado de capitais e reduzimos o custo médio de captação. Avançamos em tecnologia, dados e IA conectando a inovação à nossa expertise em crédito e elevando a produtividade, a eficiência e a experiência do cliente.

Com uma estratégia diversificada, gestão ativa de capital, governança sólida e uma equipe altamente preparada e engajada, encerramos 2025 mais fortes, mais eficientes e melhor posicionados para sustentar este novo ciclo de elevada rentabilidade e continuar a gerar valor para clientes, acionistas e parceiros ao longo dos diferentes ciclos econômicos.

RESULTADOS (R$ Milhões)	2024	2025	Δ
Margem Financeira Líquida	484,7	857,7	76,9%
Receitas de Prestação de Serviços	82,0	120,3	46,7%
Lucro líquido	**258,2**	**443,6**	**71,8%**
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)	**2024**	**2025**	**Δ**
ROAE	22,9	33,4	10,5 p.p
Índice de Eficiência	42,4	31,2	(11,2 p.p)
BALANÇO PATRIMONIAL (R$ Milhões)	**Dez/24**	**Dez/25**	**Δ**
Patrimônio líquido	1.227	1.407	14,6%
CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA (R$ Milhões)	**Dez/24**	**Dez/25**	**Δ**
Grandes Empresas	4.753,9	6.624,5	39,4%
Médias Empresas	1.226,7	514,2	(58,1%)
Consignado Privado	-	4.079,1	-
Consignado Público	8.307,5	6.490,9	(21,9%)
Total	**14.288,1**	**17.708,8**	**23,9%**

A Margem Financeira somou R$ 857,7 milhões no período, aumento de 77% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido à maior carteira de crédito e maiores spreads, principalmente no Varejo, através do remix de carteira com a operação do Consignado Privado e o crescimento da carteira de cartões consignados e de benefício, onde obtemos maiores spreads.

Receitas de serviços e tarifas do segmento atacado, totalizaram **R$ 120,3 milhões** em 2025, um aumento de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento deve-se, à maior receita de assessoria, ao resultado das gestoras investidas do atacado e à aceleração do crescimento da operação de seguros, que oferece diversas oportunidades de cross-sell.

O lucro líquido atingiu R$ 443,6 milhões no período, um crescimento de 72% frente ao mesmo período do ano anterior. O ROE anualizado alcançou 33,4%, alta de 10,5 p.p., reflexo direto da expansão da margem financeira líquida (+R$ 373 milhões), devido ao aumento da rentabilidade do Varejo, através da consolidação da operação do Consignado Privado e do foco em produtos com maior retorno ajustado ao risco no Consignado Público, bem como em operações estruturadas e colatelarizadas no Atacado, à disciplina de custos e à alavancagem operacional. A expansão da margem líquida foi parcialmente impactada pelo aumento da PDD.

O patrimônio líquido do Banco encerrou dezembro em **R$ 1,4 bilhão**, representando um crescimento de 14**,6%** frente aos **R$ 1,2 bilhão** registrados no mesmo mês de 2024. O avanço do patrimônio líquido sinaliza uma carteira de crédito mais qualificada, operações mais estruturadas e um reforço relevante no capital próprio trazendo mais solidez.

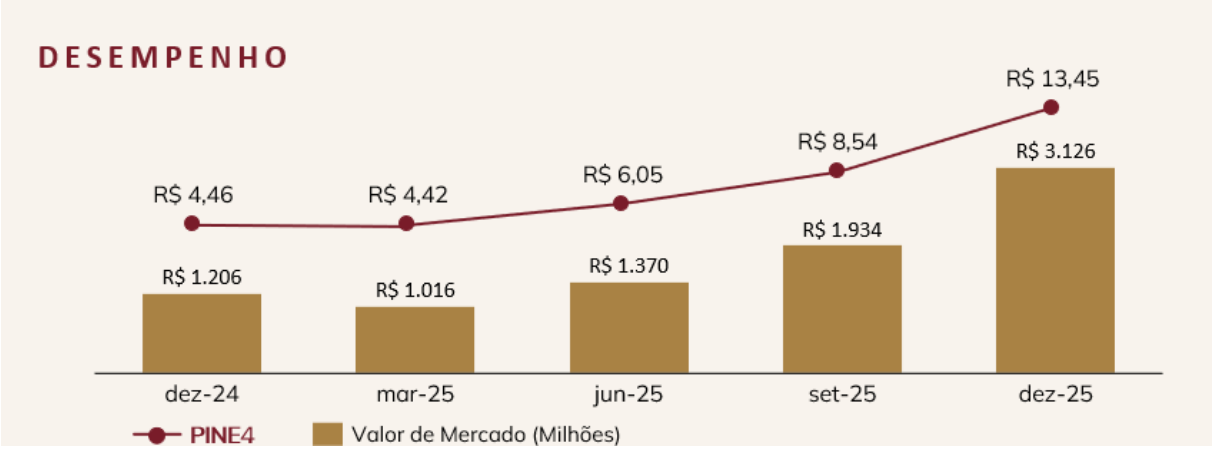
A carteira de crédito expandida totalizou R$ 17,7 bilhões em Dez/25, aumento de 23,9% na comparação com Dez/24, devido, principalmente à retomada do crescimento da carteira de Grandes Empresas e ao remix da carteira de Consignado, com destaque para o avanço de R$ 4,1 bilhões no Privado, consolidando o modelo de múltiplas esteiras e atestando ainda mais a estratégia de diversificação e alocação eficiente de Capital, buscando maiores spreads e melhor retorno ajustado ao risco.

3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Encerramos dezembro de 2025 com valor de mercado de **R$ 3,5 bilhões,** a ação fechou em **R$ 13,45** e terminamos o período com 16.988 acionistas.

4. PERFORMANCE DA AÇÃO

Entre o dia 2 de dezembro de 2024 e 30 de dezembro 2025, a ação PINE4 apresentou uma forte valorização ao longo do ano. O preço subiu de R$ 4,46 para R$ 13,45, representando um aumento de aproximadamente 200%. Esse movimento foi acompanhado pelo crescimento do valor de mercado, que passou de R$ 1,2 bilhão para R$ 3,1 bilhões.



5. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de abril de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.750 mil, à base de R$ 0,0823389, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de julho de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 24.700 mil, à base de R$ 0,1098891, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de julho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 23.200 mil, à base de R$ 0,1026259 correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 29 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 23.700 mil, à base de R$ 0,1022642 correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos no montante de R$ 6.400 mil, à base de R$ 0,0271841 correspondente ao valor bruto por ação. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2026.

6. RATINGS

A agência S&P (Standard & Poors), atribui o rating do banco em 'brA+', com perspectiva estável. A agência destaca também que "O Banco Pine continua mostrando forte expansão da sua carteira de crédito, impulsionada principalmente pelo aumento de produtos consignados. Esse crescimento tem surtido efeitos positivos, uma vez que as receitas do banco — que até um tempo atrás vinham principalmente da carteira de atacado e das operações de tesouraria e mesa de clientes — também têm melhorado como consequência dessa diversificação, alongando o novo histórico de lucros do banco."

A agência Moody's atribui o rating do banco em 'brA', com perspectiva positiva. A agência destaca que "A elevação dos ratings do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos."

7. RECURSOS HUMANOS

No Banco Pine, as pessoas são um pilar essencial e estratégico para resultados sustentáveis e consistentes. Contamos com um time experiente, engajado e focado em prover as melhores soluções aos nossos clientes e parceiros.

Nossa cultura valoriza relações sólidas e de longo prazo, incentivamos aprendizado contínuo e experiencial, além de cultivarmos um ambiente de trabalho harmônico, acolhedor e com sinergia. Esse compromisso e "jeito de ser" nos levou a conquistar a certificação Great Place to Work (GPTW), que reconhece o Banco Pine como uma das melhores empresas para se trabalhar.

A área de Pessoas e Cultura atua como um vetor para a geração de valor sustentável, garantindo que nosso capital humano esteja alinhado aos objetivos de crescimento e rentabilidade do Banco. Atuamos de forma decisiva na atração e retenção de talentos-chave, no fortalecimento de uma cultura de alta performance e na implementação de políticas de desenvolvimento que impulsionam a produtividade.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. é composta pela Diretoria e Comitê Executivo, bem como pelo Conselho de Administração e respectivos Comitês Estatutários de assessoramento. A Diretoria e o Comitê Executivo são responsáveis pela gestão operacional e execução das estratégias da Companhia. Já o Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável pelo processo de decisão em relação ao direcionamento estratégico da Companhia e conta com o assessoramento dos Comitês Estatutários, quais sejam: (i) Comitê de Remuneração, (ii) Comitê de Auditoria, e (iii) Comitê de Gestão de Riscos e Capital. Diretoria e Comitês Estatutários reportam-se ao Conselho de Administração. Adicionalmente, como no exercício social anterior, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2025, foi instalado o Conselho Fiscal, composto por 3 experientes profissionais como membros independentes.

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. está alinhada com as melhores práticas do mercado e regras de Governança Corporativa, possuindo como compromisso a transparência, ética, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos Ambiental, Social e de Governança (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Por isso, continuamente participamos de fóruns do mercado financeiro voltados ao

assunto. Desta forma, identificamos oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação *Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold*, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela *Green Building Council*, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

9. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES SOBRE POLÍTICA DE EQUIDADE PREVISTAS NA LEI N° 15.177/2025

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76, passamos a divulgar o número total e percentual de mulheres ao final do exercício, e o demonstrativo anual de remuneração, segregados por sexo e nível hierárquico.

a. a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia

Níveis Hierárquicos	12/2024	12/2025
Diretoria/Conselho	0 (0%)	0 (0%)
Gerencial/Superintendência	3 (30%)	1 (7%)
Coordenação/Especialista	13 (36%)	13 (30%)
Analistas/Assistentes/Estagiarios/Aprendizes	44 (52%)	53 (48%)

b. a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia

Níveis Hierárquicos	12/2024	12/2025
Diretoria/Conselho	1 (6%)	1 (6%)

c. o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia

2025	Remuneração Fixa Mensal		Remuneração Variável Anual		Remuneração Eventual	
Níveis Hierárquicos	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
Diretoria/Gerencial/Superintendência	584.112	2.607.273	5.443.356	30.073.622	N/A	N/A
Coordenação/Especialista	858.217	1.483.362	3.234.959	6.268.467	N/A	N/A
Analistas e Assistentes	881.015	818.768	2.657.790	3.101.564	N/A	N/A
Total	**2.323.344**	**4.909.403**	**11.336.105**	**39.443.653**	**N/A**	**N/A**

2024	Remuneração Fixa Mensal		Remuneração Variável Anual		Remuneração Eventual	
Níveis Hierárquicos	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
Diretoria/Gerencial/Superintendência	558.071	2.132.362	5.073.987	24.930.867	N/A	N/A
Coordenação/Especialista	700.721	1.130.899	2.378.265	5.003.187	N/A	N/A
Analistas e Assistentes	687.729	699.694	2.206.845	1.878.106	N/A	N/A
Total	**1.946.522**	**3.962.956**	**9.659.097**	**31.812.160**	**N/A**	**N/A**

*O valor total da Remuneração Variável está diretamente ligado à proporção de headcount

10. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro de 2025, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

11. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

12. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2025

BANCO PINE

Notas Explicativas

Índice

Relatório da Administração.... 1
Relatório do Comitê de Auditoria.... 7
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.... 8
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.... 9
Parecer do Conselho Fiscal.... 10
Relatório do Auditor Independente.... 11
Balanço Patrimonial.... 21
Demonstração do Resultado.... 22
Demonstração do Resultado Abrangente.... 23
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.... 24
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).... 25
Demonstração do Valor Adicionado.... 26

Notas Explicativas
1. Contexto Operacional.... 27
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.... 27
3. Principais Práticas Contábeis.... 28
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.... 33
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.... 33
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.... 34
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.... 38
8. Carteira de ativos financeiros por estágio e provisão para perdas de crédito esperadas.... 39
9. Outros Ativos Financeiros.... 40
10. Ativos Fiscais.... 40
11. Investimentos.... 41
12. Outros Ativos.... 41
13. Imobilizado de Uso.... 42
14. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.... 42
15. Dívida Subordinada.... 43
16. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.... 43
17. Outros Passivos.... 43
18. Patrimônio Líquido.... 44
19. Demonstração de Resultado.... 45
20. Imposto de Renda e Contribuição Social.... 47
21. Transações entre Partes Relacionadas.... 47
22. Compromissos, Garantias e Outras Informações.... 48
23. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.... 48
24. Gestão de Riscos e de Capital.... 48
25. Operações Ativas Vinculadas.... 51
26. Outras Informações.... 51
27. Eventos Subsequentes.... 51

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de 28 anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco Pine combina agilidade e foco no cliente com um modelo diversificado, eficiente e integrado, apoiado em dados, tecnologia, especialização setorial e alocação de capital em diferentes segmentos, sustentando crescimento, rentabilidade e resiliência de forma consistente.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por eventos geopolíticos e geoeconômicos relevantes, cujos efeitos devem se estender por vários anos sobre a economia e os mercados globais. Nos Estados Unidos, a posse de Donald Trump e a adoção de uma série de mudanças profundas na condução da política econômica contribuíram para a desvalorização do dólar norte-americano e para a valorização de metais preciosos, refletindo o aumento da busca por ativos considerados reserva de valor e o debate sobre o papel dos EUA na ordem econômica global.

No Brasil, o destaque foi o crescimento moderado do PIB, associado à desaceleração da inflação e à manutenção da política monetária em terreno contracionista.

A atividade econômica doméstica seguiu em trajetória de desaceleração gradual, corroborando o cenário de “soft landing” brasileiro. O Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou crescimento de 2,38% no acumulado até novembro de 2025.

Segundo o IBGE, o setor de serviços apresentou crescimento de 2,7% no ano até novembro, enquanto a produção industrial avançou 0,6%. Em contraste, o comércio varejista ampliado registrou queda de 0,3% no mesmo período.
A taxa de desemprego alcançou a mínima histórica de 5,1% no ano, ante 6,2% em 2024. Esse movimento foi explicado pelo aumento de 1,2 milhão na população ocupada (+1,1%) no período, enquanto a força de trabalho ficou praticamente estável (-0,01%). O rendimento real e a massa de rendimento real apresentaram expansão de 5,0% e 6,4%, respectivamente, na mesma base de comparação.

A inflação medida pelo IPCA acumulou alta de 4,26% em 2025, situando-se dentro do limite superior da meta (3,0%, com tolerância de ±1,5 p.p.). Os preços livres, mais sensíveis ao ciclo econômico, registraram alta de 3,92% no ano, enquanto os preços administrados avançaram 5,29%.

A taxa básica de juros Selic encerrou 2025 em 15,0% ao ano. O Banco Central adotou tom firme em sua comunicação, reafirmando o compromisso com a convergência da inflação ao centro da meta no horizonte relevante de política monetária.

Em função do aperto das condições financeiras ao longo do ano, o custo do crédito apresentou tendência de alta durante todo 2025. A taxa de juros da carteira de recursos livres ficou em 60,1% a.a. para pessoas físicas e em 25,0% a.a. para pessoas jurídicas. O spread bancário para recursos livres ficou em 46,3 p.p. para pessoas físicas e em 11,9 p.p. para pessoas jurídicas. O estoque total das operações de crédito bancário atingiu R$ 7,12 trilhões, aumento de 10,2% em relação a 2024. A carteira de recursos livres avançou 8,6% em relação ao ano passado e a de recursos direcionados, 12,5%, na mesma base de comparação. Por fim, a taxa de inadimplência referente a recursos livres de pessoas físicas ficou em 7,0% e, para pessoas jurídicas, 3,2%.

No setor externo, a balança comercial registrou superávit de R$ 68,3 bilhões em 2025, segundo o MDIC, representando queda de 7,9% em relação ao ano anterior. As exportações cresceram 3,5%, enquanto as importações avançaram 6,7%. O fluxo cambial total foi negativo em US$ 31,9 bilhões, com entrada líquida de US$ 49,2 bilhões no segmento comercial e saída de US$ 81,1 bilhões no segmento financeiro.

A desvalorização global do dólar, combinada às incertezas em torno da política econômica dos Estados Unidos, contribuiu para o desempenho positivo do real, que acumulou valorização de 13,1% em 2025.

Para 2026, o cenário permanece desafiador. No ambiente internacional, a elevada incerteza associada à administração norte-americana e ao curso da política monetária tende a continuar impactando os mercados de juros e a dinâmica do dólar global. No âmbito doméstico, projetamos desaceleração da demanda agregada, refletindo o nível ainda elevado da taxa de juros, além do aumento da incerteza política associado ao ciclo eleitoral. Nesse contexto, esperamos crescimento do PIB de 1,8% e inflação medida pelo IPCA entre 3,5% e 4,0% em 2026.

Notas Explicativas

2. DESEMPENHO

O ano de 2025 marca o início de um novo ciclo de elevada rentabilidade, sustentado pela execução disciplinada da nossa estratégia, pela consolidação de um modelo de negócios diversificado e múltiplas esteiras de crédito, e por uma alocação de capital cada vez mais eficiente.

No Varejo Colateralizado, obtivemos avanços relevantes, com destaque para a consolidação do crédito consignado privado e a expansão da operação de cartões consignado e de benefício. Produtos digitais, colateralizados e escaláveis ampliaram nossa base de clientes, aprofundaram o relacionamento e elevaram a rentabilidade do segmento. O uso intensivo de dados e tecnologia reforçou a eficiência para a continuidade do crescimento com retorno atrativo e ajustado ao risco. Realizamos movimentos estratégicos nas investidas do varejo, reforçando o foco em negócios de maior valor agregado, simplificando a estrutura societária e fortalecendo a geração de caixa e a opcionalidade futura.

No Atacado, atuamos de forma seletiva e conservadora no crédito corporativo, o que nos permitiu originar e estruturar oportunidades atrativas de alocação de capital, preservando a qualidade da carteira. As operações de derivativos e seguros ganharam escala, ampliando o cross-sell, a recorrência de receitas e a rentabilidade do relacionamento com os clientes. Investimos no fortalecimento da plataforma de Mercado de Capitais, expandindo nossa capacidade de originação, estruturação e distribuição, e consolidando mais uma avenida relevante de crescimento para os próximos ciclos.

Ao longo do ano, diversificamos nossas fontes de funding, ampliamos o acesso a instrumentos do mercado de capitais e reduzimos o custo médio de captação. Avançamos em tecnologia, dados e IA conectando a inovação à nossa expertise em crédito e elevando a produtividade, a eficiência e a experiência do cliente.

Com uma estratégia diversificada, gestão ativa de capital, governança sólida e uma equipe altamente preparada e engajada, encerramos 2025 mais fortes, mais eficientes e melhor posicionados para sustentar este novo ciclo de elevada rentabilidade e continuar a gerar valor para clientes, acionistas e parceiros ao longo dos diferentes ciclos econômicos.

RESULTADOS (R$ Milhões)	2024	2025	Δ
Margem Financeira Líquida	484,7	857,7	76,9%
Receitas de Prestação de Serviços	82,0	120,3	46,7%
Lucro líquido	**258,2**	**443,6**	**71,8%**
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)	**2024**	**2025**	**Δ**
ROAE	22,9	33,4	10,5 p.p
Índice de Eficiência	42,4	31,2	(11,2 p.p)
BALANÇO PATRIMONIAL (R$ Milhões)	**Dez/24**	**Dez/25**	**Δ**
Patrimônio líquido	1.227	1.407	14,6%
CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA (R$ Milhões)	**Dez/24**	**Dez/25**	**Δ**
Grandes Empresas	4.753,9	6.624,5	39,4%
Médias Empresas	1.226,7	514,2	(58,1%)
Consignado Privado	-	4.079,1	-
Consignado Público	8.307,5	6.490,9	(21,9%)
Total	**14.288,1**	**17.708,8**	**23,9%**

A Margem Financeira somou R$ 857,7 milhões no período, aumento de 77% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido à maior carteira de crédito e maiores spreads, principalmente no Varejo, através do remix de carteira com a operação do Consignado Privado e o crescimento da carteira de cartões consignados e de benefício, onde obtemos maiores spreads.

Receitas de serviços e tarifas do segmento atacado, totalizaram **R$ 120,3 milhões** em 2025, um aumento de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento deve-se, à maior receita de assessoria, ao resultado das gestoras investidas do atacado e à aceleração do crescimento da operação de seguros, que oferece diversas oportunidades de cross-sell.

O lucro líquido atingiu R$ 443,6 milhões no período, um crescimento de 72% frente ao mesmo período do ano anterior. O ROE anualizado alcançou 33,4%, alta de 10,5 p.p., reflexo direto da expansão da margem financeira líquida (+R$ 373 milhões), devido ao aumento da rentabilidade do Varejo, através da consolidação da operação do Consignado Privado e do foco em produtos com maior retorno ajustado ao risco no Consignado Público, bem como em operações estruturadas e colatelarizadas no Atacado, à disciplina de custos e à alavancagem operacional. A expansão da margem líquida foi parcialmente impactada pelo aumento da PDD.

O patrimônio líquido do Banco encerrou dezembro em **R$ 1,4 bilhão**, representando um crescimento de 14**,6%** frente aos **R$ 1,2 bilhão** registrados no mesmo mês de 2024. O avanço do patrimônio líquido sinaliza uma carteira de crédito mais qualificada, operações mais estruturadas e um reforço relevante no capital próprio trazendo mais solidez.

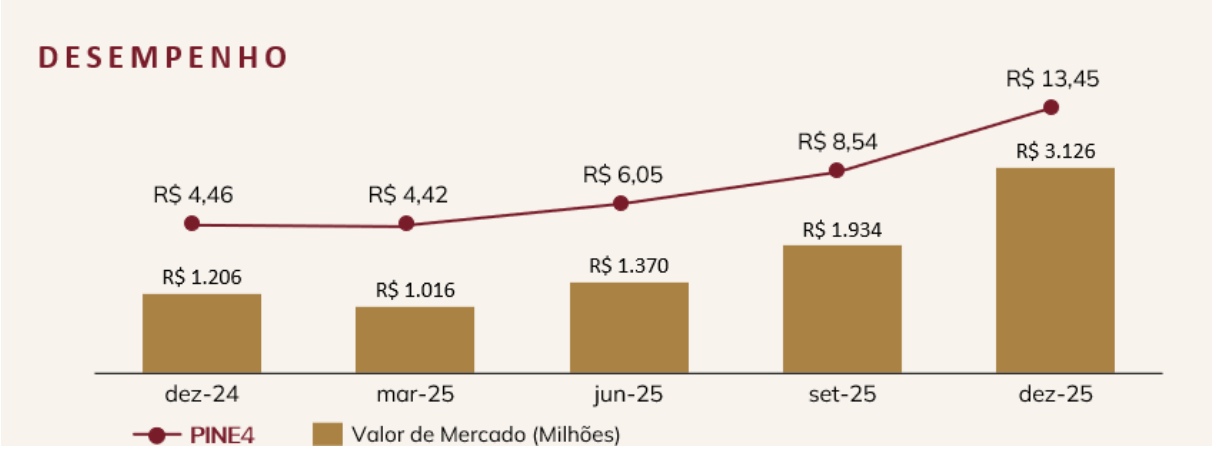
A carteira de crédito expandida totalizou R$ 17,7 bilhões em Dez/25, aumento de 23,9% na comparação com Dez/24, devido, principalmente à retomada do crescimento da carteira de Grandes Empresas e ao remix da carteira de Consignado, com destaque para o avanço de R$ 4,1 bilhões no Privado, consolidando o modelo de múltiplas esteiras e atestando ainda mais a estratégia de diversificação e alocação eficiente de Capital, buscando maiores spreads e melhor retorno ajustado ao risco.

3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Encerramos dezembro de 2025 com valor de mercado de **R$ 3,5 bilhões,** a ação fechou em **R$ 13,45** e terminamos o período com 16.988 acionistas.

4. PERFORMANCE DA AÇÃO

Entre o dia 2 de dezembro de 2024 e 30 de dezembro 2025, a ação PINE4 apresentou uma forte valorização ao longo do ano. O preço subiu de R$ 4,46 para R$ 13,45, representando um aumento de aproximadamente 200%. Esse movimento foi acompanhado pelo crescimento do valor de mercado, que passou de R$ 1,2 bilhão para R$ 3,1 bilhões.



5. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de abril de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.750 mil, à base de R$ 0,0823389, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de julho de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 24.700 mil, à base de R$ 0,1098891, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de julho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 23.200 mil, à base de R$ 0,1026259 correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 29 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 23.700 mil, à base de R$ 0,1022642 correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos no montante de R$ 6.400 mil, à base de R$ 0,0271841 correspondente ao valor bruto por ação. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2026.

6. RATINGS

A agência S&P (Standard & Poors), atribui o rating do banco em 'brA+', com perspectiva estável. A agência destaca também que "O Banco Pine continua mostrando forte expansão da sua carteira de crédito, impulsionada principalmente pelo aumento de produtos consignados. Esse crescimento tem surtido efeitos positivos, uma vez que as receitas do banco — que até um tempo atrás vinham principalmente da carteira de atacado e das operações de tesouraria e mesa de clientes — também têm melhorado como consequência dessa diversificação, alongando o novo histórico de lucros do banco."

A agência Moody's atribui o rating do banco em 'brA', com perspectiva positiva. A agência destaca que "A elevação dos ratings do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos."

7. RECURSOS HUMANOS

No Banco Pine, as pessoas são um pilar essencial e estratégico para resultados sustentáveis e consistentes. Contamos com um time experiente, engajado e focado em prover as melhores soluções aos nossos clientes e parceiros.

Nossa cultura valoriza relações sólidas e de longo prazo, incentivamos aprendizado contínuo e experiencial, além de cultivarmos um ambiente de trabalho harmônico, acolhedor e com sinergia. Esse compromisso e "jeito de ser" nos levou a conquistar a certificação Great Place to Work (GPTW), que reconhece o Banco Pine como uma das melhores empresas para se trabalhar.

A área de Pessoas e Cultura atua como um vetor para a geração de valor sustentável, garantindo que nosso capital humano esteja alinhado aos objetivos de crescimento e rentabilidade do Banco. Atuamos de forma decisiva na atração e retenção de talentos-chave, no fortalecimento de uma cultura de alta performance e na implementação de políticas de desenvolvimento que impulsionam a produtividade.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. é composta pela Diretoria e Comitê Executivo, bem como pelo Conselho de Administração e respectivos Comitês Estatutários de assessoramento. A Diretoria e o Comitê Executivo são responsáveis pela gestão operacional e execução das estratégias da Companhia. Já o Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável pelo processo de decisão em relação ao direcionamento estratégico da Companhia e conta com o assessoramento dos Comitês Estatutários, quais sejam: (i) Comitê de Remuneração, (ii) Comitê de Auditoria, e (iii) Comitê de Gestão de Riscos e Capital. Diretoria e Comitês Estatutários reportam-se ao Conselho de Administração. Adicionalmente, como no exercício social anterior, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2025, foi instalado o Conselho Fiscal, composto por 3 experientes profissionais como membros independentes.

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. está alinhada com as melhores práticas do mercado e regras de Governança Corporativa, possuindo como compromisso a transparência, ética, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos Ambiental, Social e de Governança (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Por isso, continuamente participamos de fóruns do mercado financeiro voltados ao

assunto. Desta forma, identificamos oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação *Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold*, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela *Green Building Council*, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

9. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES SOBRE POLÍTICA DE EQUIDADE PREVISTAS NA LEI N° 15.177/2025

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76, passamos a divulgar o número total e percentual de mulheres ao final do exercício, e o demonstrativo anual de remuneração, segregados por sexo e nível hierárquico.

a. a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia

Níveis Hierárquicos	12/2024	12/2025
Diretoria/Conselho	0 (0%)	0 (0%)
Gerencial/Superintendência	3 (30%)	1 (7%)
Coordenação/Especialista	13 (36%)	13 (30%)
Analistas/Assistentes/Estagiarios/Aprendizes	44 (52%)	53 (48%)

b. a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia

Níveis Hierárquicos	12/2024	12/2025
Diretoria/Conselho	1 (6%)	1 (6%)

c. o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia

2025	Remuneração Fixa Mensal		Remuneração Variável Anual		Remuneração Eventual	
Níveis Hierárquicos	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
Diretoria/Gerencial/Superintendência	584.112	2.607.273	5.443.356	30.073.622	N/A	N/A
Coordenação/Especialista	858.217	1.483.362	3.234.959	6.268.467	N/A	N/A
Analistas e Assistentes	881.015	818.768	2.657.790	3.101.564	N/A	N/A
Total	**2.323.344**	**4.909.403**	**11.336.105**	**39.443.653**	**N/A**	**N/A**

2024	Remuneração Fixa Mensal		Remuneração Variável Anual		Remuneração Eventual	
Níveis Hierárquicos	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
Diretoria/Gerencial/Superintendência	558.071	2.132.362	5.073.987	24.930.867	N/A	N/A
Coordenação/Especialista	700.721	1.130.899	2.378.265	5.003.187	N/A	N/A
Analistas e Assistentes	687.729	699.694	2.206.845	1.878.106	N/A	N/A
Total	**1.946.522**	**3.962.956**	**9.659.097**	**31.812.160**	**N/A**	**N/A**

*O valor total da Remuneração Variável está diretamente ligado à proporção de headcount

10. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro de 2025, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

11. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

12. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores (https://ri.pine.com), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna e da Secretaria de Governança, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela Administração e demais funcionários.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua elaboração. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação e apresentação, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente e adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras: O Comitê em reuniões com a Contabilidade, Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas pela Administração, pelo Auditor Independente e pelo Comitê de Auditoria para o período em análise, que possam comprometer as informações apresentadas.

d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a Diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado Pine, de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

e) Canal de Denúncias: O Comitê de Auditoria acompanha o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no sítio eletrônico do Conglomerado Pine, bem como o tratamento dos casos com envolvimento da Administração, quando existentes, através de reuniões realizadas periodicamente com a área de Compliance.

f) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança, atuação e comprometimento dos gestores.

g) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades. Adicionalmente, a Presidente do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2025, assim como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2026.

Walkyria Aparecida Augusto – Presidente

Harumi Susana Ueta Waldeck – Membro qualificado

Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidados e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Giuseppe Paternostro Neto
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidadas e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a opinião expressa no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Giuseppe Paternostro Neto
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., infra-assinados, no uso de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, de acordo com o previsto no artigo 163, VII, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no artigo 27, § 1º, III, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, que incluem os balanços patrimoniais e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e as notas explicativas ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"), incluindo a proposta de destinação do resultado, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, e à vista do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria, datado de 18 de fevereiro de 2026, e do "Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), não havendo quaisquer ressalvas a serem feitas em relação às citadas peças.

São Paulo, 18 de fevereiro 2026.

Presidente do Conselho Fiscal

Sergio Tuffy Sayeg

Membros do Conselho Fiscal

Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Felipe Camera Ruiz

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

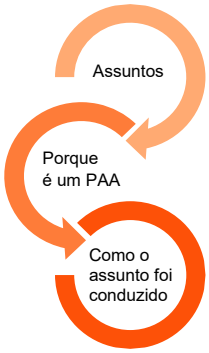
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º,
São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração de valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez, classificados em hierarquia nível 3 (Notas 3(e) e 6(a))	
O Banco possui investimentos em instrumentos financeiros, classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR), classificados em hierarquia nível 3.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros.
Esses instrumentos financeiros não são negociados em mercado ativo. O processo de mensuração do seu respectivo valor justo envolve subjetividade em sua determinação, considerando técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos que, por sua vez, envolvem premissas e julgamentos da administração para sua mensuração.	Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em períodos anteriores, bem como práticas de mercado, quando aplicável.
Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.	Efetuamos testes de recálculo do valor justo desses instrumentos financeiros, com base nas premissas adotadas pela administração. Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, conforme divulgados nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(i) e 8)	
A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, de forma prospectiva, bem como para a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Res. CMN nº 4.966, é uma área que envolve julgamento da Administração na classificação dos créditos por estágios previstos no respectivo normativo, bem como a aplicação de metodologia que utiliza premissas e considera fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação. Essa é uma área determinada como foco de auditoria, pois o uso de julgamento da administração na mensuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Em relação a implementação da Resolução CMN nº 4.966, avaliamos os processos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco nos modelos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Realizamos entendimento sobre os procedimentos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da Res. CMN nº 4.966, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma, aplicáveis ao processo de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Em relação à metodologia e mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos ao normativo, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a avaliação da integridade da base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos ativos financeiros por estágios, (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(t) e 10)	
O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses ativos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil. Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação das premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.	Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração. Comparamos determinadas premissas utilizadas nas projeções orçamentárias elaboradas pela administração com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável. Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda (Notas 3(k) e 12(a))	
O Banco e suas controladas possuem ativos não financeiros mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos controles da administração sobre a avaliação do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda, bem como a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade da metodologia e premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.
A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, e avaliações internas que mensuram o valor justo de certos ativos, com base em metodologia de cálculo, considerando premissas estabelecidas pela administração.	Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a avaliação do histórico de vendas, de imóveis similares, realizadas pelo Banco e suas controladas, quando aplicável.
Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis.	Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Contingências fiscais (Notas (3(s) e 16(b))	
O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no semestre corrente.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.	Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação dos dados dos principais processos com os assessores jurídicos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido a diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco e suas controladas em sua operação.	Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas. Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Banco Pine S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais - R$)

ATIVO	Nota	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Disponibilidades	**4**	**38.696**	**89.895**
Ativos financeiros		**30.127.606**	**29.438.925**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)		**11.074.148**	**10.166.211**
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.255.924	1.255.924
Operações de crédito	7	2.699.950	2.699.950
Títulos e valores mobiliários	6.a	7.118.274	6.210.337
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		**2.063.167**	**2.063.167**
Títulos e valores mobiliários	6.a	2.063.167	2.063.167
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA)		**16.990.291**	**17.209.547**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	865.221	865.221
Títulos e valores mobiliários	6.a	5.778.543	5.778.543
Operações de crédito	7	10.054.531	10.054.531
Outros ativos financeiros	9	291.996	511.252
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**8.a**	**(947.650)**	**(948.166)**
Ativos fiscais	**10.a**	**1.052.851**	**1.052.862**
Investimento em participações em coligadas e controladas	**11**	**721.850**	**2.790**
Outros ativos	**12**	**1.323.475**	**1.719.478**
Imobilizado de uso	**13**	**86.853**	**86.911**
Intangível		**40.449**	**40.449**
(-) Depreciação e amortização		**(42.819)**	**(42.837)**
(-) Imobilizado de uso	13	(27.231)	(27.249)
(-) Intangível		(15.588)	(15.588)
Total do ativo		**32.401.311**	**31.440.307**

PASSIVO	Nota	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Passivos financeiros		**28.278.147**	**28.206.193**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)		**2.245.844**	**2.245.844**
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.245.844	2.245.844
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA)		**26.032.303**	**25.960.349**
Depósitos	14.a	15.531.929	15.459.975
Captações no mercado aberto	14.b	4.681.536	4.681.536
Recursos de aceites e emissão de títulos	14.c	4.837.331	4.837.331
Obrigações por empréstimos e repasses	14.d	197.494	197.494
Dívida subordinada	15	773.274	773.274
Outros passivos financeiros		10.739	10.739
Outros passivos		**2.717.572**	**1.826.484**
Provisões	16	13.126	13.155
Outros passivos	17	2.704.446	1.813.329
Total do passivo		**30.995.719**	**30.032.677**
Patrimônio líquido	**18**	**1.405.592**	**1.407.630**
Capital social		1.000.910	1.000.910
De domiciliados no país		872.043	872.043
De domiciliados no exterior		128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(1.698)	(1.698)
Reservas de capital		17.902	17.902
Reservas de Lucros		396.548	396.548
(-) Ações em tesouraria		(8.070)	(8.070)
Participação de acionistas não-controladores		-	2.038
Total do patrimônio líquido	**18**	**1.405.592**	**1.407.630**
Total do passivo e patrimônio líquido		**32.401.311**	**31.440.307**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

		Individual		Consolidado	
	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		**2.605.538**	**4.847.324**	**2.776.430**	**5.091.234**
Operações de crédito	19.a	1.630.765	3.004.153	1.799.954	3.282.147
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	994.926	2.112.624	996.629	2.078.540
Operações de empréstimos e repasses	19.c	(2.798)	18.591	(2.798)	18.591
Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio	6.c	(17.355)	(288.044)	(17.355)	(288.044)
Despesas da intermediação financeira		**(2.012.033)**	**(3.817.754)**	**(2.154.940)**	**(4.023.741)**
Operações de captação no mercado	19.b	(1.685.095)	(3.392.207)	(1.827.687)	(3.597.684)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(326.938)	(425.547)	(327.253)	(426.057)
Resultado bruto da intermediação financeira		**593.505**	**1.029.570**	**621.490**	**1.067.493**
Receitas (despesas) operacionais		**(186.760)**	**(347.687)**	**(187.503)**	**(339.958)**
Receitas de prestação de serviços	19.d	15.116	29.852	84.757	139.327
Rendas de tarifas bancárias		795	870	795	870
Despesas de pessoal	19.e	(79.502)	(146.936)	(84.640)	(154.906)
Outras despesas administrativas	19.f	(226.324)	(345.564)	(248.469)	(373.995)
Despesas tributárias	19.g	(30.060)	(43.533)	(40.616)	(59.749)
Resultado de participação em controladas e coligadas	11.a	109.616	132.485	19.819	27.155
Outras receitas operacionais	19.h	38.991	46.395	108.391	116.631
Outras despesas operacionais	19.i	(15.392)	(21.256)	(27.540)	(35.291)
Resultado operacional		**406.745**	**681.883**	**433.987**	**727.535**
Resultado não operacional	**19.j**	**(9.600)**	**(6.835)**	**(8.641)**	**(17.993)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**397.145**	**675.048**	**425.346**	**709.542**
Imposto de renda e contribuição social	**20**	**(48.770)**	**(120.080)**	**(64.723)**	**(142.326)**
Participações sobre o lucro no semestre/exercício	**23**	**(61.253)**	**(111.374)**	**(72.260)**	**(122.381)**
Lucro líquido do semestre/exercício		**287.122**	**443.594**	**288.363**	**444.835**
Lucro líquido do semestre/exercício atribuível aos acionistas controladores		287.122	443.594	287.122	443.594
Lucro líquido do semestre/exercício atribuível aos acionistas não-controladores		-	-	1.241	1.241
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações					
Lucro do semestre/exercício por ação		1,2173	1,9083	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais - R$)

		Individual		Consolidado	
	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro líquido do semestre/exercício		**287.122**	**443.594**	**288.363**	**444.835**
Outros ajustes abrangentes	**18.f**	**24**	**1.912**	**24**	**1.912**
Ativos financeiros mensurados a VJORA		43	3.558	43	3.558
Imposto de renda e contribuição social		(19)	(1.646)	(19)	(1.646)
Resultado abrangente do semestre/exercício		**287.146**	**445.506**	**288.387**	**446.747**
Resultado abrangente do semestre/exercício atribuível aos acionistas controladores		287.146	445.506	287.146	445.506
Resultado abrangente do semestre/exercício atribuível aos acionistas não-controladores		**-**	**-**	1.241	1.241

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais - R$)

Individual

				Reservas de Lucros						
	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**952.678**	**5.117**	**23.686**	**269.742**	**(3.610)**	**(20.406)**	**-**	**-**	**1.227.207**
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	2.c	-	-	-	-	-	-	(171.404)	-	(171.404)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		**952.678**	**5.117**	**23.686**	**269.742**	**(3.610)**	**(20.406)**	**(171.404)**	**-**	**1.055.803**
Aumento de capital	18.a	48.232	-	-	-	-	-	-	-	48.232
Cancelamento de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	(15.104)	-	15.104	-	-	-
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(73.290)	-	-	(73.290)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	1.912	-	-	-	1.912
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	12.785	-	-	-	70.522	-	-	83.307
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	443.594	-	443.594
Destinações do lucro:										
Reserva legal	18.c	-	-	22.180	-	-	-	(22.180)	-	-
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(147.666)	-	(147.666)
Dividendos	18.e	-	-	-	-	-	-	(6.300)	-	(6.300)
Reserva estatutária	18.c	-	-	-	96.044	-	-	(96.044)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.000.910**	**17.902**	**45.866**	**350.682**	**(1.698)**	**(8.070)**	**-**	**-**	**1.405.592**
Saldos em 30 de junho de 2025		**952.901**	**2.161**	**23.686**	**254.638**	**(1.722)**	**(8.273)**	**(58.382)**	**-**	**1.165.009**
Aumento de capital	18.a	48.009	-	-	-	-	-	-	-	48.009
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(46.546)	-	-	(46.546)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	24	-	-	-	24
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	15.741	-	-	-	46.749	-	-	62.490
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	287.122	-	287.122
Destinações do lucro:										
Reserva legal	18.c	-	-	22.180	-	-	-	(22.180)	-	-
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(104.216)	-	(104.216)
Dividendos	18.e	-	-	-	-	-	-	(6.300)	-	(6.300)
Reserva estatutária	18.c	-	-	-	96.044	-	-	(96.044)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.000.910**	**17.902**	**45.866**	**350.682**	**(1.698)**	**(8.070)**	**-**	**-**	**1.405.592**

Consolidado

				Reservas de Lucros						
	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**952.678**	**5.117**	**23.686**	**269.742**	**(3.610)**	**(20.406)**	**-**	**-**	**1.227.207**
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	2.c	-	-	-	-	-	-	(171.404)	-	(171.404)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		**952.678**	**5.117**	**23.686**	**269.742**	**(3.610)**	**(20.406)**	**(171.404)**	**-**	**1.055.803**
Aumento de capital	18.a	48.232	-	-	-	-	-	-	-	48.232
Cancelamento de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	(15.104)	-	15.104	-	-	-
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(73.290)	-	-	(73.290)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	1.912	-	-	-	1.912
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	12.785	-	-	-	70.522	-	-	83.307
Aumento/(redução) de participação de acionistas não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	797	797
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	443.594	1.241	444.835
Destinações do lucro:										
Reserva legal	18.c	-	-	22.180	-	-	-	(22.180)	-	-
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(147.666)	-	(147.666)
Dividendos	18.e	-	-	-	-	-	-	(6.300)	-	(6.300)
Reserva estatutária	18.c	-	-	-	96.044	-	-	(96.044)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.000.910**	**17.902**	**45.866**	**350.682**	**(1.698)**	**(8.070)**	**-**	**2.038**	**1.407.630**
Saldos em 30 de junho de 2025		**952.901**	**2.161**	**23.686**	**254.638**	**(1.722)**	**(8.273)**	**(58.382)**	**-**	**1.165.009**
Aumento de capital	18.a	48.009	-	-	-	-	-	-	-	48.009
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(46.546)	-	-	(46.546)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	24	-	-	-	24
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	15.741	-	-	-	46.749	-	-	62.490
Aumento/(redução) de participação de acionistas não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	797	797
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	287.122	1.241	288.363
Destinações do lucro:										
Reserva legal	18.c	-	-	22.180	-	-	-	(22.180)	-	-
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(104.216)	-	(104.216)
Dividendos	18.e	-	-	-	-	-	-	(6.300)	-	(6.300)
Reserva estatutária	18.c	-	-	-	96.044	-	-	(96.044)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.000.910**	**17.902**	**45.866**	**350.682**	**(1.698)**	**(8.070)**	**-**	**2.038**	**1.407.630**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Individual		Consolidado	
		01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Atividades operacionais					
Lucro líquido ajustado		**533.826**	**812.911**	**626.972**	**920.083**
Lucro líquido do semestre/exercício		287.122	443.594	288.363	444.835
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(34.369)	(63.641)	(34.369)	(63.641)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		326.938	425.547	327.253	426.057
Imposto de renda e contribuição social diferidos		54.072	120.001	55.865	120.092
Depreciação e amortização	19.f	8.102	15.554	8.102	15.554
Provisão para contingências	16.c	8	119	8	119
Resultado de participação em controladas e coligadas	11.a	(109.616)	(132.485)	(19.819)	(27.155)
Pagamento baseado em ações		1.333	3.286	1.333	3.286
Amortização de ágio		236	936	236	936
Variação de ativos e passivos		**(621.004)**	**(2.268.084)**	**(701.599)**	**(2.358.118)**
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		(254.708)	(170.835)	(254.708)	(170.835)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(1.249.824)	(4.963.789)	(1.333.892)	(4.160.196)
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(49.835)	1.976.880	(49.835)	1.976.880
(Aumento) Redução de operações de crédito		(1.065.100)	(4.409.064)	(1.065.095)	(4.409.111)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		(6.762)	1.748.650	(5.845)	1.716.353
Redução (Aumento) em ativos fiscais		(71.859)	(52.012)	(71.630)	(52.012)
Redução (Aumento) em outros ativos		(100.555)	(777.955)	(200.710)	(836.456)
Aumento (Redução) de depósitos		(41.882)	435.314	(26.218)	429.575
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto		1.185.765	(304.581)	1.185.765	(304.581)
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		715.978	2.471.599	715.978	2.471.599
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		22.308	152.596	22.308	152.596
Aumento (Redução) em dívida subordinada		153.172	276.228	153.172	276.228
Aumento (Redução) em outros passivos financeiros		694	(45.497)	694	(45.497)
Aumento (Redução) de outros passivos		141.604	1.394.382	228.417	597.339
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		**(87.178)**	**(1.455.173)**	**(74.627)**	**(1.438.035)**
Atividades de investimento					
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	13	(13.852)	(15.612)	(13.852)	(15.612)
Alienação (Aquisição) de intangível		(4.899)	(10.629)	(4.899)	(10.629)
(Aumento) Redução de capital em controladas	11	(30.470)	(33.570)	-	-
Alienação (Aquisição) de outros investimentos		(7)	(7)	(7)	(7)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		**(49.228)**	**(59.818)**	**(18.758)**	**(26.248)**
Atividades de financiamento					
Aumento de capital	18.a	48.009	48.232	48.009	48.232
Aquisição de ações em tesouraria	18.f	(46.546)	(73.290)	(46.546)	(73.290)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	18.d	(89.434)	(123.902)	(89.434)	(123.902)
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	15	(65.036)	(121.556)	(65.036)	(121.556)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		**(153.007)**	**(270.516)**	**(153.007)**	**(270.516)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(289.413)**	**(1.785.507)**	**(246.392)**	**(1.734.799)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	861.018	2.327.840	869.196	2.328.331
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		34.369	63.641	34.369	63.641
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	605.974	605.974	657.173	657.173

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Individual 01/01 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Receitas		**4.521.253**	**5.015.749**
Receitas da intermediação financeira		4.847.324	5.091.234
Receitas de prestação de serviços	19.d	29.852	139.327
Rendas de tarifas bancárias		870	870
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(425.547)	(426.057)
Outras receitas		68.754	210.375
Despesas de intermediação financeira		**(3.392.207)**	**(3.597.684)**
Insumos adquiridos de terceiros	**19.f**	**(368.609)**	**(493.619)**
Materiais, energias e outros		(1.060)	(1.059)
Serviços de terceiros		(283.768)	(309.439)
Outros		(83.781)	(183.121)
Valor adicionado bruto		**760.437**	**924.446**
Depreciação e amortização	**19.f**	**(15.554)**	**(15.554)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**744.883**	**908.892**
Valor adicionado recebido em transferência		**132.485**	**27.155**
Resultado de equivalência patrimonial	11.a	132.485	27.155
Valor adicionado total a distribuir		**877.368**	**936.047**
Distribuição do valor adicionado		**877.368**	**936.047**
Remuneração do trabalho		258.310	277.287
Proventos	19.e	94.753	99.842
Benefícios e treinamento	19.e	22.014	22.405
Encargos sociais	19.e	23.781	26.089
FGTS		6.388	6.570
Participação nos lucros		111.374	122.381
Remuneração de governos		163.612	202.073
Federais	19.g	40.946	49.615
Municipais	19.g	2.586	10.132
Imposto de renda e contribuição social	20	120.080	142.326
Remuneração de capitais de terceiros		11.852	11.852
Aluguéis e arrendamento de bens	19.f	11.852	11.852
Remuneração de capitais próprios		443.594	444.835
Juros sobre o capital próprio/dividendos		153.966	153.966
Lucro Líquido retido		289.628	290.869

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento, câmbio e leasing.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2025, na reunião realizada em 18 de fevereiro de 2026.

O Banco Pine adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN n° 4.966/21, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou por utilizar a faculdade de dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores dessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, conforme previsto no Art. 79 desta Resolução e com o Art. 102 da Resolução BCB nº 352/23.

a) Participação em controladas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

	Atividade	Participação % no capital total em 31/12/2025
Dependências no exterior		
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000
Subsidiárias		
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	Consultoria	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,0000
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Assessoria	99,9800
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	Imobiliária	100,0000
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Intermediação de Negócios	99,9800
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário (1)	Imobiliária	100,0000
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. (1)	Imobiliária	100,0000
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Comercialização de ativos ambientais	100,0000
Pine Holding S.A.	Holding de instituições não-financeiras	99,0000
Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. (2)	Participação	100,0000

(1) Refere-se a investimentos mantidos para venda conforme descrito na Nota 3.p.

(2) Em Instrumento Particular de Constituição datado de 19 de setembro de 2025, foi deliberado sobre a constituição da Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. e a subscrição de 1.000 quotas, totalizando R$1.

									31/12/2025
	Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	Pine Corretora de Seguros Ltda.	Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Pine Holding S.A.
ATIVO									
Disponibilidades	2	-	2.132	1.290	484	-	2	-	160
Outros ativos financeiros	2.786	4.299	65.029	215.327	16.804	1.884	17.265	10	25.548
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-	-	(517)	-	-	-	-	-
Investimento em participações em coligadas e controladas	1.576	-	-	-	-	-	13.846	-	7.054
Outros ativos	223	3.655	12.710	395.542	9.199	52.703	65.542	-	119.970
Total do ativo	**4.587**	**7.954**	**79.871**	**611.642**	**26.487**	**54.587**	**96.655**	**10**	**152.732**
PASSIVO									
Outros passivos	440	918	74.135	10.618	7.287	1.032	601	-	69.295
Total do passivo	**440**	**918**	**74.135**	**10.618**	**7.287**	**1.032**	**601**	**-**	**69.295**
Patrimônio líquido	**4.147**	**7.036**	**5.736**	**601.024**	**19.200**	**53.555**	**96.054**	**10**	**83.437**
Capital social	310	4.765	500	582.697	18.102	53.200	98.093	10	68.685
Reservas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	10.582
Reservas de Lucros	5.310	1.744	1.716	15.288	822	315	-	-	-
Lucro (Prejuízos) acumulados	(1.473)	527	3.520	3.039	276	40	(2.039)	-	4.170
Total do patrimônio líquido	**4.147**	**7.036**	**5.736**	**601.024**	**19.200**	**53.555**	**96.054**	**10**	**83.437**
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.587**	**7.954**	**79.871**	**611.642**	**26.487**	**54.587**	**96.655**	**10**	**152.732**

As alterações societárias estão descritas na Nota Explicativa 11 - Investimentos.

b) Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

A Resolução CMN nº 5.185/24 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS estabelece que, quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2027, referente ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2026. O Banco Pine está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024 – Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027.

c) Resoluções do CMN que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025:

Instrumentos Financeiros

A partir de 01 de janeiro de 2025, passaram a vigorar as seguintes regulamentações: Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23, juntamente com as normas complementares correspondentes aplicáveis ao Banco.

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, a nova resolução substitui as resoluções e circulares do Bacen que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03) e da provisão para devedores duvidosos (Resolução CMN nº 2.682/99), que estabelecia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das instituições financeiras desde 1999.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com os modelos de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a resolução requer que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

As Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, principalmente em relação ao tratamento às seguintes matérias:

- Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;

- Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;

- Mensuração de instrumentos financeiros;

- Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras;

Notas Explicativas

- Reconhecimento de componentes imateriais na taxa efetiva de juros; e

- Apropriação de receita utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Hedge Accounting

Os requisitos de Hedge Accounting estabelecem a representação, nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de hedge devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- Hedge de valor justo;

- Hedge de fluxo de caixa;

- Hedge de investimento líquido no exterior.

Renegociação e Reestruturação

Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco Pine optou por aderir à faculdade e apresenta os saldos reestruturados a partir do valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições renegociadas.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB n° 426/23 a 433/23, 390/24 e 537/24 a 543/24 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 16 de novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, que “dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil", exceto para as administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

Transição

De acordo com o Artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os princípios estabelecidos nesta resolução foram aplicados de forma prospectiva às demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos de 2024 não foram ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial foram contabilizados no patrimônio líquido na conta de lucros acumulados em 1° de janeiro de 2025.

Os impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 trouxeram um aumento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, registrados em contrapartida a lucros acumulados no patrimônio líquido no montante de R$171.404, líquido de impostos.

Arrendamento mercantil

Resolução CMN nº 4.975/21 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 – R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Conforme § 5º da referida Resolução, o Banco Pine adotou, de forma prospectiva, a aplicação da norma, para os contratos celebrados a partir de 1° janeiro de 2025.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas , e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
Resolução CMN nº 4.975/21 – CPC 06 (R2) - Arrendamentos
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
Resolução CMN n° 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
Resolução CMN n° 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas novas Resoluções, com impactos relevantes.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Banco Pine e suas subsidiárias, cessões com coobrigação e securitização com lastro em operações de crédito do varejo e entidades de propósito específico foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não-controladores.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Pine são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e a BCB nº 352/23 e são classificados os ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos nas seguintes categorias:

I - na categoria custo amortizado, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

a) o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e

b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas;

Notas Explicativas

II - na categoria valor justo em outros resultados abrangentes, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

a) o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e

b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; e

III - na categoria valor justo no resultado, os demais ativos financeiros.

As operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito devem ser classificadas na categoria custo amortizado, exceto as seguintes, que devem ser classificadas na categoria valor justo no resultado:

a) parte da carteira do segmento de varejo, em que a Administração definiu em modelo de negócios, com o objetivo de vender esses ativos financeiros, antes do vencimento contratual. Essa parte da carteira do segmento de varejo foi apurada através do histórico de cessões de operações de crédito do segmento de varejo.

Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/21, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

• Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

• Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

• Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;

• Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;

• Contratos híbridos.

(iv) Taxa de Juros Efetiva (“TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

No Pine, para o cálculo da taxa efetiva de juros são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31 de dezembro de 2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- Nível 1 - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados aplicações em cotas de fundos de investimentos com cotação disponível na Comissão de Valores Mobiliários e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- Nível 2 - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1 e por Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LFT, NTN-B e NTN-F). Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- Nível 3 - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados determinados ativos financeiros de companhias de capital fechado, em situação de discussão judicial, classificados como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e operações de crédito, que de acordo com o modelo de negócio são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado (VJR). Não existem derivativos classificados no nível 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

Categoria	Tipo de Ativo/Passivo	Técnicas de Valorização	Principais inputs
Derivativos lineares	Fra de Cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de inflação	Discounted cash flow	Taxa de Cupom Cambial de IGPM
	Swap de taxa de juros	Discounted cash flow	Taxa pré-fixadas cambial de longo prazo
Derivativos não Lineares	Opções de equities	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo IDI
	Opções de moedas	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo USD/BRL
Demais Instrumentos Financeiros	Títulos Privados	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")
	Títulos Públicos	Discounted cash flow	Curva futura de DI e PU ANBIMA
	Empréstimos e adiantamento de clientes (VJR)	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")

	Individual			
	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	492.331	7.881.867	2.699.950	11.074.148
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	505	1.879.918	182.744	2.063.167
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.245.844	-	2.245.844

	Consolidado			
	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	578.626	6.887.635	2.699.950	10.166.211
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	505	1.879.918	182.744	2.063.167
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.245.844	-	2.245.844

Movimentação de Valor Justo de Nível 3

	Individual e Consolidado		
	Valor Justo em 01/01/2025	Adições, liquidações, ganhos/perdas e outras movimentações	Valor Justo em 31/12/2025
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	1.917.397	782.553	2.699.950
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	90.385	92.359	182.744

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2025	
	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos		
Aplicações Interfinanceiras de liquidez [(i)]	865.221	865.221
Títulos e valores mobiliários [(ii)]	5.371.116	5.778.543
Operações de crédito [(iii)]	10.735.246	10.054.531
Outros créditos [(iii)]	291.996	291.996
Total de ativos financeiros	**17.263.579**	**16.990.291**
Passivos		
Depósitos à vista [(iv)]	81.919	81.919
Depósitos interfinanceiros [(iv)]	527.540	538.430
Depósitos a prazo [(v)]	14.780.548	14.911.580
Captação no mercado aberto [(ii)]	4.681.536	4.681.536
Recursos de aceites e emissão de títulos [(v)]	4.756.864	4.837.331
Obrigação por empréstimos e repasses [(v)]	197.494	197.494
Dívida subordinada [(v)]	1.047.668	773.274
Total de passivos financeiros	**26.073.569**	**26.021.564**

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil, exceto os títulos classificados na categoria "custo amortizado".

(iii) Operações de crédito e outros ativos financeiros são mensurados líquidos da provisão para riscos de perda de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

(iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

g) Renegociações e Reestruturações

Conforme Resolução BCB nº 352/23, são classificados como renegociação e restruturação conforme abaixo:

Renegociação: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original;

Restruturação: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração;

O Banco possui mecanismos e controles para monitoramento de alterações nas condições originalmente pactuadas, por ativo financeiro. Uma avaliação deve ser realizada para determinar se os termos do novo contrato são substancialmente diferentes dos termos do acordo existente. Esta avaliação considera tanto a mudança nos fluxos de caixa decorrente dos termos renegociados como a mudança no perfil de risco do instrumento.

No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem reestruturados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação.

A nova operação reconhecida é classificada no mesmo estágio na qual a operação anterior estava classificada, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco optou por aderir a faculdade e apresenta os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas.

h) Desreconhecimento de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.966/21, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro. O desreconhecimento ocorre quando não há mais expectativa de recuperação.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

- Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

i) Provisão para perda esperada

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas:

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21 do Banco Central, é definido a utilização da metodologia de perda esperada completa para as instituições enquadradas no Segmento 1 (S1) à Segmento 3 (S3), conforme regulamentação vigente, ou integrantes de conglomerado prudencial enquadrado nesses segmentos. Devido ao Banco Pine estar classificado como S3, é necessário a adoção da metodologia completa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é realizada sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência.

O Pine registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para as garantias financeiras, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros sujeitos à perdas esperadas”.

A provisão para perda esperada é baseada na expectativa de perdas para 12 meses quando não há aumento significativo de risco, deste modo, mensurado no estágio 1. A provisão para perda esperada baseada na expectativa de perdas de crédito ao longo da vida útil do ativo é mensurada para os estágios 2 e 3.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas.

O Pine estabelece uma revisão periódica para avaliar e monitorar o aumento significativo de riscos desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Notas Explicativas

Baseado no processo acima, o Pine distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Pine reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida ou Mínimos da Resolução 352/23, o que for o maior. Operações com atraso superior a 30 dias e até 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

Cálculo das perdas esperadas

O Pine calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos por outra entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probabilidade de inadimplência), LGD (Perda dada inadimplência) e EAD (Exposição no caso de inadimplência). A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados. Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Pine tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Pine tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Pine calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Pine reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o Pine estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida. A PE é então baseada no valor presente da insuficiência de fluxos de caixa se o limite for utilizado. A insuficiência de caixa esperada é descontada a valor presente.

(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, o valor da PE é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iii) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação).

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, como:

- PIB;

- CDI.

O Pine realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrências estão sujeitas a estimativas e portanto podem sofrer variações, contudo o Pine considera que essas projeções representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (low default portfolio – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Pine utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Pine pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Pine considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como investment grade pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a Resolução nº 4.966 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

j) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Resolução 4.966/21, os instrumentos financeiros derivativos, ou seja, cujo valor varia em decorrência de mudanças em determinada taxa de juros, preço de outro instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, e que não requer investimento líquido inicial ou o investimento líquido inicial é pequeno em relação ao valor do contrato e cuja liquidação ocorrerá em data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com o modelo de negócios do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

k) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados, avaliando eventual redução de seu valor recuperável periodicamente (nota 3.m). O Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como avaliações internas a partir de premissas estabelecidas pela Administração.

l) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica “Outras despesas administrativas”.

m) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

Notas Explicativas

n) Investimento em participações em coligadas e controladas, Imobilizado de uso e Intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas e coligadas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;

- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;

- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens; e

- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

o) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

p) Investimentos mantidos para venda

As participações societárias detidas pelo Banco na Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. e Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda., estão apresentados como investimentos mantidos para venda, considerando o modelo de negócios determinado pela administração do Banco em relação a essas empresas, aprovado pelo Conselho de Administração. Espera-se que até março de 2028 se conclua a transação de venda. Os ativos e passivos dessas empresas estão apresentados na nota 2. Esses investimentos mantidos para venda estão registrados pelo menor valor entre o seu valor justo e seu valor de custo no momento desta classificação.

q) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

r) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa n° 319/22 a partir de 1° de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos.

No caso da ocorrência de decisões favoráveis ao Pine com trânsito em julgado, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

t) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 10.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

u) Participações sobre o lucro no semestre/exercício

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de “Participações sobre o lucro no exercício" pelo período de competência.

v) Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Lucro diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados de maneira unificada, com a segregação entre ações ordinárias e preferenciais, na Demonstração do Resultado e está indicado como “Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações”.

w) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor justo de ativos financeiros e derivativos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes; valor de mercado de ativos não financeiros mantidos para a venda; e classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

x) Alterações na Forma de Dedutibilidade Fiscal de Perdas

A lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, altera as regras relacionadas a dedução das perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (a lei 9.430/96 deixa de ser aplicável às Instituições Financeiras a partir de 01 de janeiro de 2025). Tais alterações tiveram como objetivo a aproximação das normas tributária e contábil, com vistas aprimorar a divulgação dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

- O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;

- O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;

Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;

Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Notas Explicativas

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No período em que se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica, para os fins legais, deverão ser adicionados.

Recuperação de Créditos: Deverão ser computados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arresto dos bens recebidos em garantia real. Conforme diretrizes estabelecidas na Lei 14.467/22, caberá a Companhia realizar a dedução na razão de 1/84 para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026, referente as diferenças temporárias relacionadas a perdas de operações de crédito adicionadas à base do lucro real até dezembro/24 ainda não deduzidas, acrescidos dos créditos indedutíveis a depender da base tributável de 2025.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja PJ ou PF; diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

Os efeitos e expectativa de realização do crédito tributário estão apresentados na nota explicativa nº 10.d.

y) Resultado não recorrente

A Resolução BCB n° 2/20 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 26.d, de forma segregada.

z) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Os eventos subsequentes estão evidenciados na Nota 27.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Disponibilidades [1]	38.696	89.895
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) [2]	567.278	567.278
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**605.974**	**657.173**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, referem-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

(2) Em 31 de dezembro de 2025, referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações interfinanceiras de liquidez são ativos financeiros mensurados ao valor justo compostos conforme abaixo:

	Individual e Consolidado		
	31/12/2025		
Papel/Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas			
LTN - Letras do Tesouro Nacional	200.110	-	200.110
NTN - Notas do Tesouro Nacional	321.499	-	321.499
Total de aplicações em operações compromissadas	**521.609**	**-**	**521.609**
Aplicações em depósitos interfinanceiros			
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	-	10.091	10.091
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	287.852	287.852
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	**-**	**297.943**	**297.943**
Aplicações em moedas estrangeiras			
Aplicações em moedas estrangeiras	45.669	-	45.669
Total de aplicações em moedas estrangeiras	**45.669**	**-**	**45.669**
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	**567.278**	**297.943**	**865.221**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2025 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

	Individual										
	31/12/2025										
	Valor de Mercado/Contábil									Total	
	Vencidos	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Ativos financeiros mensurados ao VJR [1]											
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.114.684**	**3.173.001**	**-**	**4.287.685**	**4.165.702**	**121.983**
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	1.114.684	3.173.001	-	4.287.685	4.165.702	121.983
Títulos privados	**-**	**691**	**-**	**-**	**-**	**694.879**	**1.643.379**	**491.640**	**2.830.589**	**2.830.589**	**-**
Ações de companhias abertas	-	691	-	-	-	-	-	-	691	691	-
Cotas de fundo de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	491.640	491.640	491.640	-
Debêntures [2]	-	-	-	-	-	694.879	1.643.379	-	2.338.258	2.338.258	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJR	**-**	**691**	**-**	**-**	**-**	**1.809.563**	**4.816.380**	**491.640**	**7.118.274**	**6.996.291**	**121.983**
Ativos financeiros mensurados ao VJORA											
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**505**	**-**	**-**	**505**	**503**	**2**
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	505	-	-	505	503	2
Títulos privados	**51.706**	**-**	**15.412**	**256.986**	**966.989**	**692.169**	**26.980**	**52.420**	**2.062.662**	**2.062.733**	**(71)**
Eurobonds	-	-	-	3.608	-	-	-	-	3.608	3.679	(71)
Debêntures [3] [4]	-	-	5.517	124.807	655.341	47.436	2.402	52.420	887.923	887.923	-
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	14.478	-	7.930	-	22.408	22.408	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	31.805	27.752	16.648	-	76.205	76.205	-
Cédula do Produto Rural [4]	51.706	-	9.895	128.571	265.365	616.981	-	-	1.072.518	1.072.518	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJORA	**51.706**	**-**	**15.412**	**256.986**	**966.989**	**692.674**	**26.980**	**52.420**	**2.063.167**	**2.063.236**	**(69)**
Ativos financeiros mensurados ao CA											
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**2.669.503**	**259.748**	**543.562**	**-**	**-**	**3.472.813**	**3.472.813**	**-**
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.669.503	259.748	543.562	-	-	3.472.813	3.472.813	-
Títulos privados	**96.609**	**-**	**590.335**	**369.130**	**352.943**	**896.713**	**-**	**-**	**2.305.730**	**2.305.730**	**-**
Cédula do Produto Rural [4]	-	-	23.236	23.803	77.890	170.640	-	-	295.569	295.569	-
Nota comercial [4]	96.609	-	567.099	345.327	275.053	726.073	-	-	2.010.161	2.010.161	-
Total de ativos financeiros mensurados ao CA	**96.609**	**-**	**590.335**	**3.038.633**	**612.691**	**1.440.275**	**-**	**-**	**5.778.543**	**5.778.543**	**-**
Total de títulos e valores mobiliários	**148.315**	**691**	**605.747**	**3.295.619**	**1.579.680**	**3.942.512**	**4.843.360**	**544.060**	**14.959.984**	**14.838.070**	**121.914**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

	Consolidado										
	31/12/2025										
	Valor de Mercado/Contábil									Total	
	Vencidos	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Ativos financeiros mensurados ao VJR (1)											
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.114.684**	**3.173.001**	**-**	**4.287.685**	**4.165.702**	**121.983**
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	1.114.684	3.173.001	-	4.287.685	4.165.702	121.983
Títulos privados	**-**	**691**	**-**	**-**	**10.309**	**694.879**	**649.147**	**567.626**	**1.922.652**	**1.922.652**	**-**
Ações de companhias abertas	-	691	-	-	-	-	-	-	691	691	-
Cotas de fundo de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	567.626	567.626	567.626	-
Debêntures (2)	-	-	-	-	-	694.879	649.147	-	1.344.026	1.344.026	-
CDB - certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	10.309	-	-	-	10.309	10.309	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJR	**-**	**691**	**-**	**-**	**10.309**	**1.809.563**	**3.822.148**	**567.626**	**6.210.337**	**6.088.354**	**121.983**
Ativos financeiros mensurados ao VJORA											
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**505**	**-**	**-**	**505**	**503**	**2**
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	505	-	-	505	503	2
Títulos privados	**51.706**	**-**	**15.412**	**256.986**	**966.989**	**692.169**	**26.980**	**52.420**	**2.062.662**	**2.062.733**	**(71)**
Eurobonds	-	-	-	3.608	-	-	-	-	3.608	3.679	(71)
Debêntures (3) (4)	-	-	5.517	124.807	655.341	47.436	2.402	52.420	887.923	887.923	-
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	14.478	-	7.930	-	22.408	22.408	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	31.805	27.752	16.648	-	76.205	76.205	-
Cédula do Produto Rural (4)	51.706	-	9.895	128.571	265.365	616.981	-	-	1.072.518	1.072.518	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJORA	**51.706**	**-**	**15.412**	**256.986**	**966.989**	**692.674**	**26.980**	**52.420**	**2.063.167**	**2.063.236**	**(69)**
Ativos financeiros mensurados ao CA											
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**2.669.503**	**259.748**	**543.562**	**-**	**-**	**3.472.813**	**3.472.813**	**-**
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.669.503	259.748	543.562	-	-	3.472.813	3.472.813	-
Títulos privados	**96.609**	**-**	**590.335**	**369.130**	**352.943**	**896.713**	**-**	**-**	**2.305.730**	**2.305.730**	**-**
Cédula do Produto Rural (4)	-	-	23.236	23.803	77.890	170.640	-	-	295.569	295.569	-
Nota comercial (4)	96.609	-	567.099	345.327	275.053	726.073	-	-	2.010.161	2.010.161	-
Total de ativos financeiros mensurados ao CA	**96.609**	**-**	**590.335**	**3.038.633**	**612.691**	**1.440.275**	**-**	**-**	**5.778.543**	**5.778.543**	**-**
Total de títulos e valores mobiliários	**148.315**	**691**	**605.747**	**3.295.619**	**1.589.989**	**3.942.512**	**3.849.128**	**620.046**	**14.052.047**	**13.930.133**	**121.914**

(1) Os títulos classificados na categoria "VJR" estão demonstrados pelo prazo do título, porém possuem característica de curto prazo.

(2) A Resolução CMN nº 4.966/21, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco Pine estruturou nova cessão de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R$994.232 foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira em contrapartida a rúbrica de 'Outros passivos'.

(3) Em 31 de dezembro de 2025, inclui debêntures classificadas com prazo de vencimento entre 3 a 12 meses e acima de 15 anos, no montante de R$57.937, que tiveram declaração de vencimento antecipado, conforme consta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de setembro de 2023. Esses títulos privados possuem provisão de R$46.350.

(4) As perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão evidênciadas na nota explicativa nº 8.a.

Atendendo ao disposto da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco Pine possui capacidade financeira e como estratégia de negócio coletar fluxos de caixas de principal e juros, portanto classificados como custo amortizado.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve reclassificação entre categorias.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria 'VJORA' e 'VJR' foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2025, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 31 de dezembro de 2025, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria “títulos mensurados a VJORA” possui um ajuste negativo acumulado no montante de R$83 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Banco Pine, líquidos dos efeitos tributários. A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria “títulos mensurados a VJR” resultou em um ajuste positivo no montante de R$121.983 no Individual e no Consolidado, registrados no resultado.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas (Despesas) de operações com títulos de renda fixa	967.971	2.058.313	956.780	2.011.335
Receitas (Despesas) de operações com títulos de renda variável	344	324	344	324
Instrumentos patrimoniais - fundos	26.611	53.987	39.505	66.881
Total	**994.926**	**2.112.624**	**996.629**	**2.078.540**

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria providenciam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites considera, dentre outras variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos.

O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de dezembro de 2025, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Individual e Consolidado 31/12/2025		
Instrumentos financeiros derivativos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO			
Swap - diferencial a receber	999.256	131.664	1.130.920
Contratos a termo - a receber	60.187	2.833	63.020
Prêmios de opções a exercer	18.978	1.360	20.338
Câmbio comprado a liquidar	1.445	-	1.445
Direito sobre vendas de câmbio	860	-	860
Futuros	25.380	13.961	39.341
Total a receber	**1.106.106**	**149.818**	**1.255.924**
PASSIVO			
Swap - diferencial a pagar	(2.139.166)	(12.965)	(2.152.131)
Contratos a termo - a pagar	(26.679)	(18.432)	(45.111)
Prêmios de opções lançadas	(1.709)	(4.216)	(5.925)
Câmbio vendido a liquidar	(464)	-	(464)
Obrigações por compra de vendas de câmbio	(2.110)	-	(2.110)
Futuros	(27.820)	(12.283)	(40.103)
Total a pagar	**(2.197.948)**	**(47.896)**	**(2.245.844)**
Valor líquido	**(1.091.842)**	**101.922**	**(989.920)**

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado 31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap				
Risco de mercado				
Posição ativa:	**5.314.175**	**1.129.431**	**-**	
Juros	4.718.177	1.104.503	-	
Moeda	595.998	24.928	-	
Posição passiva:	**5.314.175**	**-**	**(2.152.131)**	
Juros	4.290.079	-	(2.152.064)	
Moeda	1.024.096	-	(67)	
Valor líquido		**1.129.431**	**(2.152.131)**	**(435.554)**
Fluxo de Caixa				
Posição ativa:	**30.000**	**1.489**	**-**	
Juros	15.000	1.179	-	
Moeda	15.000	310	-	
Valor líquido		**1.489**	**-**	**-**
Valor líquido de *Swap*		**1.130.920**	**(2.152.131)**	**(435.554)**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

	Individual e Consolidado			
	31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Contratos a termo				
Posição ativa:	**5.318.285**	**63.020**	**-**	
Juros	3.056.860	41.848	-	
Moeda	2.194.475	20.929	-	
Commodities	66.950	243	-	
Posição passiva:	**5.318.285**	**-**	**(45.111)**	
Juros	2.261.426	-	(38.858)	
Moeda	3.025.161	-	(3.585)	
Commodities	31.698	-	(2.668)	
Valor líquido		**63.020**	**(45.111)**	**(215.397)**
Opções				
Prêmios de opções a exercer	**1.391.460**	**20.338**	**-**	
Juros	998.400	32	-	
Moeda	389.010	1.497	-	
Commodities	4.050	18.809	-	
Prêmios de opções lançadas	**1.883.900**	**-**	**(5.925)**	
Juros	998.400	-	-	
Moeda	885.500	-	(5.914)	
Commodities	-	-	(11)	
Valor líquido		**20.338**	**(5.925)**	**36.787**
Câmbio				
Ativo	**-**	**2.305**	**-**	
Câmbio comprado a liquidar	-	1.445	-	
Direito sobre vendas de câmbio	-	860	-	
Passivo	**-**	**-**	**(2.574)**	
Câmbio vendido a liquidar	-	-	(464)	
Obrigações por compra de vendas de câmbio	-	-	(2.110)	
Valor líquido		**2.305**	**(2.574)**	**(5.314)**
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		**1.216.583**	**(2.205.741)**	**(619.478)**

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	Individual e Consolidado			
	31/12/2025			
	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro [1]	14.121.711	13.236.393	(70.345)	
Moeda	877.713	-	(3.880)	
Cupom de IPCA	3.264.540	-	3.689	
Cupom cambial futuro	12.544	2.043.142	23.168	
Commodities	118.848	280.539	(137)	
Total	**18.395.356**	**15.560.074**	**(47.505)**	**331.434**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI (Nota 6.c.xa).

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	Individual e Consolidado					
	31/12/2025					
Valor de referência - Compensação	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Swap	2.531.694	438.527	512.032	852.313	1.009.609	5.344.175
Contratos a termo	4.044.451	718.509	555.325	-	-	5.318.285
Opções	314.500	2.071.110	889.750	-	-	3.275.360
Futuros	1.750.034	884.746	3.159.752	644.024	27.516.874	33.955.430
Total	**8.640.679**	**4.112.892**	**5.116.859**	**1.496.337**	**28.526.483**	**47.893.250**

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2025, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

	Individual e Consolidado			
	31/12/2025			
Custodiante	*Swaps*	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	**-**	**-**	**-**	**33.955.430**
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	33.575.399
Bolsas no exterior	-	-	-	380.031
Balcão	**5.344.175**	**5.318.285**	**3.275.360**	**-**
Instituições Financeiras	1.009.608	1.661.670	-	-
Empresas	4.334.567	3.656.615	3.275.360	-
Total	**5.344.175**	**5.318.285**	**3.275.360**	**33.955.430**

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 tem a seguinte composição:

	Individual e Consolidado
	Valor de Mercado
Título	31/12/2025
NTN - Nota do tesouro nacional	1.541.038
Total	**1.541.038**

x) *Hedge* Accounting

x.a) *Hedge* de Risco de Mercado

É realizada avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge tanto na data de designação inicial quanto de forma contínua ao longo de sua vigência, com o objetivo de assegurar que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge. A efetividade é mensurada por meio da comparação entre as variações acumuladas do instrumento de hedge e do item protegido, considerando-se que o hedge é considerado efetivo quando os resultados observados permanecem dentro da faixa de 80% a 125%, conforme os critérios estabelecidos na política contábil do banco. Os testes de efetividade são aplicados para todas as operações integrantes da carteira de hedge accounting, garantindo a consistência e aderência às exigências normativas vigentes. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/02.

***Hedge* da carteira de captação - CDB, LCA, LFS e LF:** O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das captações (i) CDBs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFs e LF: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

***Hedge* da carteira de operação de crédito – empréstimos (varejo):** O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da carteira de empréstimos INSS, INSS GDF, FGTS, Crédito Privado e SIAPE pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

	Individual e Consolidado			
	31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de *Hedge*				
Futuros (DI)	3.613.360	3.613.360	3.613.360	-
Futuros (DAP)	4.754.844	4.754.844	4.754.844	-
Total	**8.368.204**	**8.368.204**	**8.368.204**	**-**
Objeto de *Hedge*				
Captações CDB	6.144.643	8.205.319	7.916.292	(289.027)
Captações LCA	5.986	7.439	7.286	(153)
Captações LCI	48.218	61.465	60.601	(864)
Captações LF	80.965	88.996	88.389	(607)
Captações LFS	191.488	237.839	208.471	(29.368)
Total	**6.471.300**	**8.601.058**	**8.281.039**	**(320.019)**
Instrumento de *Hedge*				
Futuros (DI)	7.135.610	7.135.610	7.135.610	-
Total	**7.135.610**	**7.135.610**	**7.135.610**	**-**
Objeto de *Hedge*				
Consignado INSS	4.241.092	4.241.092	4.174.294	(66.799)
Consignado INSS GDF	131.678	131.678	127.140	(4.537)
Consignado FGTS	633.026	633.026	621.730	(11.295)
Crédito Privado	1.600.818	1.600.818	1.599.526	(1.292)
SIAPE	142.558	142.558	142.955	397
Total	**6.749.172**	**6.749.172**	**6.665.645**	**(83.527)**

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2025, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Carteira de crédito por tipo de operação

Descrição	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Capital de giro	1.263.173	1.263.173
Conta corrente garantida	34.836	34.836
Financiamentos	273.400	273.400
Financiamento em moeda estrangeira	281.595	281.595
Títulos descontados	356.921	356.921
Adiantamento sobre contratos de câmbio	202.318	202.318
Empréstimo FGTS (1)	582.369	582.369
Consignado	8.949.271	8.949.271
Subtotal de operações de crédito	**11.943.883**	**11.943.883**
Devedores por compra de valores e bens (2)	204.839	424.095
Avais e fianças honradas	39.338	39.338
Carteira de crédito	**12.188.060**	**12.407.316**
Créditos abertos para importação	49.978	49.978
Garantias prestadas	562.973	562.973
Garantias prestadas e responsabilidades	**612.951**	**612.951**
Títulos de crédito a receber	32.936	32.936
Títulos privados (3)	7.083.469	6.165.223
Títulos com risco de crédito	**7.116.405**	**6.198.159**
Total carteira expandida	**19.917.416**	**19.218.426**
(+/-) Ajuste ao valor justo (4)	**335.564**	**335.564**
Total carteira expandida ajustada ao valor justo	**20.252.980**	**19.553.990**
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito	475.034	475.034
Carteira expandida ajustada pelo prêmio pago na aquisição de crédito (Adequação Res. n° 4.966/21)	**20.728.014**	**20.029.024**

(1) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.

(2) Registrados em "Outros ativos financeiros" (Nota 9).

(3) Composto por debêntures, cotas de fundo de investimento, nota comercial, cédula de produtor rural, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds, exceto cotas de fundo de investimento não creditório e debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. (Nota 6.a)

(4) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa) e ajuste ao valor justo das operações de crédito mensuradas ao valor justo no resultado considerando o modelo de negócios, que não são objetos de hedge.

b) Carteira de crédito por vencimento

	Individual 31/12/2025			Consolidado 31/12/2025		
Prazo	A Vencer	Vencidos	Total	A Vencer	Vencidos	Total
Até 3 meses	922.957	41.691	964.648	922.957	44.682	967.639
De 3 a 12 meses	1.647.591	19.855	1.667.446	1.649.756	19.855	1.669.611
De 1 a 3 anos	2.358.847	42.933	2.401.780	2.413.323	42.933	2.456.256
De 3 a 5 anos	3.396.742	-	3.396.742	3.537.015	1.120	3.538.135
De 5 a 15 anos	3.744.871	-	3.744.871	3.757.410	239	3.757.649
Acima de 15 anos	12.573	-	12.573	18.026	-	18.026
Total carteira de crédito	**12.083.581**	**104.479**	**12.188.060**	**12.298.487**	**108.829**	**12.407.316**

c) Carteira de crédito por ramo de atividade

	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Agronegócio	629.086	629.086
Imobiliário	307.628	526.884
Infraestrutura	24.089	24.089
Logística e Transporte	105.628	105.628
Telecom e TI	6.233	6.233
Indústria	243.933	243.933
Serviços	37.403	37.403
Químico e Petroquímico	82.359	82.359
Energia	860	860
Comércio	111.992	111.992
Instituição Financeira	18.552	18.552
Saúde e Educação	13.847	13.847
Papel e Celulose	1.476	1.476
Pessoa física	9.561.971	9.561.971
Outros	1.043.003	1.043.003
Total carteira de crédito	**12.188.060**	**12.407.316**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

d) Carteira de crédito por nível de concentração do total da carteira de crédito

	Individual		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
Maiores devedores	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	151.488	1,24	151.488	1,22
2º ao 10º	638.022	5,23	772.358	6,23
11º ao 20º	262.455	2,15	262.455	2,12
21º ao 50º	386.173	3,17	386.173	3,11
51º ao 100º	178.325	1,46	178.325	1,44
Demais devedores	10.571.597	86,75	10.656.517	85,88
Total	**12.188.060**	**100,00**	**12.407.316**	**100,00**

e) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R$14.895 no Individual e no Consolidado.

f) Renegociação e reestruturação de contratos

Em 31 de dezembro de 2025, existiam contratos renegociados no valor de R$143.163 e reestruturados no valor de R$2.079.

g) Cessões de crédito

Sem retenção substancial dos riscos e benefícios (sem coobrigação)

Segmento atacado: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R$5.766, anteriormente registradas como prejuízo. Essas cessões geraram receita de R$2.572.

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$3.474.187, referentes a Entes Federais. Essas cessões geraram resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R$19.411. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Com retenção substancial dos riscos e benefícios (com coobrigação)

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$1.766.781, referentes a Entes Federais. Essas cessões não geraram resultado e as respectivas operações de crédito vinculadas a essas cessões não são desreconhecidas dos livros contábeis do Banco Pine.

8. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição do saldo da carteira e das perdas esperadas dos ativos financeiros por estágio

As tabelas a seguir representam a composição do saldo da carteira e da perda esperada dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito:

	Individual			
	31/12/2025			
Composição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros da carteira de crédito expandida				
Carteira de crédito	11.150.789	694.515	678.320	12.523.624
Garantias prestadas e responsabilidades	459.772	153.179	-	612.951
Títulos com risco de crédito	6.876.595	101.051	138.759	7.116.405
Total de ativos financeiros da carteira de crédito expandida ajustada ao valor justo	**18.487.156**	**948.745**	**817.079**	**20.252.980**
% representatividade sobre a carteira expandida	**91,28%**	**4,68%**	**4,03%**	
% percentual de perda esperada sobre a carteira por estágio	**0,78%**	**18,07%**	**77,30%**	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(144.647)**	**(171.413)**	**(631.590)**	**(947.650)**
Total	**18.342.509**	**777.332**	**185.489**	**19.305.330**

	Consolidado			
	31/12/2025			
Composição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros da carteira de crédito expandida				
Carteira de crédito	11.362.673	697.507	682.700	12.742.880
Garantias prestadas e responsabilidades	459.772	153.179	-	612.951
Títulos com risco de crédito	5.958.349	101.051	138.759	6.198.159
Total de ativos financeiros da carteira de crédito expandida ajustada ao valor justo	**17.780.794**	**951.737**	**821.459**	**19.553.990**
% representatividade sobre a carteira expandida	**90,93%**	**4,87%**	**4,20%**	
% percentual de perda esperada sobre a carteira por estágio	**0,82%**	**18,01%**	**76,89%**	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(145.163)**	**(171.413)**	**(631.590)**	**(948.166)**
Total	**17.635.631**	**780.324**	**189.869**	**18.605.824**

b) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros

	Individual			
	31/12/2025			
Movimentação	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**188.471**	**62.536**	**305.385**	**556.392**
Migração de estágio de:	**(91.590)**	**(25.363)**	**162.285**	**45.332**
Estágio 1 para o Estágio 2	(91.621)	85	-	(91.536)
Estágio 1 para o Estágio 3	(294)	-	147.173	146.879
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(24.975)	25.016	41
Estágio 2 para o Estágio 1	305	(557)	-	(252)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	84	(4.973)	(4.889)
Estágio 3 para o Estágio 1	20	-	(4.931)	(4.911)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	**66.465**	**5.123**	**88.992**	**160.580**
Constituição (Reversão) (1)	**29.890**	**141.753**	**125.253**	**296.896**
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	**(48.589)**	**(12.636)**	**(50.325)**	**(111.550)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**144.647**	**171.413**	**631.590**	**947.650**
% percentual da perda esperada por estágio sobre a carteira expandida	**0,78%**	**18,07%**	**77,30%**	**4,68%**

	Consolidado			
	31/12/2025			
Movimentação	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**188.471**	**62.536**	**305.385**	**556.392**
Migração de estágio de:	**(91.074)**	**(25.363)**	**162.285**	**45.848**
Estágio 1 para o Estágio 2	(91.105)	85	-	(91.020)
Estágio 1 para o Estágio 3	(294)	-	147.173	146.879
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(24.975)	25.016	41
Estágio 2 para o Estágio 1	305	(557)	-	(252)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	84	(4.973)	(4.889)
Estágio 3 para o Estágio 1	20	-	(4.931)	(4.911)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	**66.465**	**5.123**	**88.992**	**160.580**
Constituição (Reversão) (1)	**29.890**	**141.753**	**125.253**	**296.896**
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	**(48.589)**	**(12.636)**	**(50.325)**	**(111.550)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**145.163**	**171.413**	**631.590**	**948.166**
% percentual da perda esperada por estágio sobre a carteira expandida	**0,82%**	**18,01%**	**76,89%**	**4,85%**

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Avais e fianças honradas	39.338	39.338
Títulos e créditos a receber	38.617	38.617
Devedores por compra de valores e bens (1)	204.839	424.095
Relações interfinanceiras	9.202	9.202
Total	**291.996**	**511.252**
Circulante	**84.941**	**93.878**
Não Circulante	**207.055**	**417.374**

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de ativos não financeiros mantidos para venda.

10. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução BCB n° 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 31 de dezembro de 2025, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	Individual 31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (1)	208.240	166.593	374.833
Créditos baixados para prejuízo	37.654	37.000	74.654
Prejuízo fiscal/base negativa	205.248	164.096	369.344
MTM Derivativos	67	54	121
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	232.353	-	232.353
Outras provisões	859	687	1.546
Total	**684.421**	**368.430**	**1.052.851**

	Consolidado 31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (1)	208.247	166.597	374.844
Créditos baixados para prejuízo	37.654	37.000	74.654
Prejuízo fiscal/base negativa	205.248	164.096	369.344
MTM Derivativos	67	54	121
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	232.353	-	232.353
Outras provisões	859	687	1.546
Total	**684.428**	**368.434**	**1.052.862**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, inclui o efeito tributário de adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21, realizado em 01 de janeiro de 2025, no montante de R$140.239 no individual e no consolidado.

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	Individual 31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	7.070	5.656	12.726
Ajuste de títulos VJR	18.116	14.493	32.609
Ajuste de títulos VJORA	10.163	8.130	18.293
Mercado futuro - Lei nº 11.196	2.854	2.284	5.138
MTM Derivativos	36.678	29.343	66.021
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	48.393	-	48.393
MTM *hedge* de risco de mercado	63.629	50.902	114.531
MTM de risco de crédito	104.773	83.819	188.592
Total (Nota 17.a)	**291.676**	**194.627**	**486.303**

	Consolidado 31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	7.385	5.846	13.231
Ajuste de títulos VJR	18.116	14.493	32.609
Ajuste de títulos VJORA	10.163	8.130	18.293
Mercado futuro - Lei nº 11.196	2.854	2.284	5.138
MTM Derivativos	36.678	29.343	66.021
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	48.393	-	48.393
MTM *hedge* de risco de mercado	63.629	50.902	114.531
MTM de risco de crédito	104.773	83.819	188.592
Total (Nota 17.a)	**291.991**	**194.817**	**486.808**

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Saldo inicial em 01/01/2025	**1.000.839**	**1.000.850**
Constituição	307.352	308.693
Reversão/Realização	(255.340)	(256.681)
Saldo final	**1.052.851**	**1.052.862**

Obrigações fiscais diferidas	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Saldo inicial em 01/01/2025	**312.644**	**313.058**
Constituição	384.201	389.732
Reversão/Realização	(210.542)	(215.982)
Saldo final	**486.303**	**486.808**

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	31/12/2025							
	Individual				Consolidado			
Créditos tributários	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	24.705	13.299	38.004	194.458	24.705	13.299	38.004	194.458
De 1 a 2 anos	58.260	31.362	89.622	179.668	58.267	31.366	89.633	179.676
De 2 a 3 anos	69.778	37.562	107.340	128.185	69.778	37.562	107.340	128.185
De 3 a 4 anos	89.581	48.222	137.803	45.011	89.581	48.222	137.803	45.011
De 4 a 5 anos	82.807	44.575	127.382	42.884	82.807	44.575	127.382	42.884
De 5 a 8 anos	232.642	125.233	357.875	65.040	232.642	125.233	357.875	65.040
De 8 a 10 anos	126.648	68.177	194.825	4.320	126.648	68.177	194.825	4.320
Total	**684.421**	**368.430**	**1.052.851**	**659.565**	**684.428**	**368.434**	**1.052.862**	**659.573**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

						31/12/2025
			Individual			Consolidado
Obrigações fiscais diferidas	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	10.528	7.025	17.553	10.528	7.025	17.553
De 1 a 2 anos	24.828	16.567	41.395	25.143	16.757	41.900
De 2 a 3 anos	29.737	19.842	49.579	29.737	19.842	49.579
De 3 a 4 anos	38.176	25.474	63.650	38.176	25.474	63.650
De 4 a 5 anos	35.289	23.547	58.836	35.289	23.547	58.836
De 5 a 8 anos	99.144	66.155	165.299	99.144	66.155	165.299
De 8 a 10 anos	53.974	36.017	89.991	53.974	36.017	89.991
Total	**291.676**	**194.627**	**486.303**	**291.991**	**194.817**	**486.808**

11. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao método de equivalência patrimonial

							31/12/2025
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas e coligadas
Subsidiárias							
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços	100,0000	310.000	310	4.147	1.169	4.147	1.169
Pine Investimentos DTVM Ltda.	100,0000	892.300	4.765	7.036	247	7.036	247
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. (2) (13) (15) (18)	99,9800	499.999	500	5.736	52.255	5.736	52.255
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (3) (5) (6)	100,0000	844.488.145	582.697	601.024	(12.155)	601.024	(12.155)
Pine Corretora de Seguros Ltda. (14) (16) (19)	99,9800	492.156	18.102	19.200	5.071	19.200	5.071
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário (9)	100,0000	53.200.000	53.200	53.555	(152)	-	(152)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. (4) (9)	100,0000	228.124.066	98.093	96.054	(184)	-	(184)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA.	100,0000	10.000	10	10	1	10	1
Pine Holding S.A. (7) (8) (10) (11) (12) (17)	99,0000	68.684.999	68.685	83.437	76.003	83.437	76.003
Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.	100,0000	1.000	1	-	-	-	-
Subtotal					**122.255**	**720.590**	**122.255**
Coligadas - Mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial							
Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) (1) (10)	87,8700	4.683.316	5.330	6.686	25.268	1.180	5.343
BYX Capital Ltda. (10)	-	-	4.286	3.059	34.362	-	4.887
Subtotal					**59.630**	**1.180**	**10.230**
Total					**181.885**	**721.770**	**132.485**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R$1.180.
(2) Em Reunião de Sócios realizada em 30 de junho de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R$33.332. O pagamento ocorreu em 17 de setembro de 2025.
(3) Em Alteração Contratual datada de 04 de junho de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R$3.000, mediante emissão de 4.348.071 novas cotas.
(4) Em Alteração Contratual datada de 08 de maio de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda., no montante de R$100, mediante emissão de 233.000 novas cotas.
(5) Em Alteração Contratual datada de 08 de agosto de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R$1.000, mediante emissão de 1.449.276 novas cotas.
(6) Em Alteração Contratual datada de 09 de setembro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R$6.400, mediante emissão de 9.275.363 novas cotas.
(7) Em Alteração Contratual datada de 07 de março de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R$45.615, mediante emissão de 45.615.000 novas cotas.
(8) Em Alteração Contratual datada de 10 de julho de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R$200, mediante emissão de 200.000 novas cotas.
(9) Refere-se ao resultado de equivalência até a data da classificação dessas participações societárias como investimentos mantidos para venda, conforme descrito na Nota 3.p.
(10) Até julho de 2025, o Banco Pine detinha participação societária de 50,29% na Amigoz Ltda. e 32,74% na Byx Capital Ltda, representando 2.676.435 e 1.407.363 quotas, respectivamente. Os resultados da participação societária de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025 estão registrados na rubrica 'Receitas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas', no montante de R$5.343 e R$4.887, respectivamente. Em 04 de julho de 2025, por meio de aporte de capital de R$45.615 realizado com transferência de ativos, o Banco Pine transferiu essas participações societárias mencionadas para a Pine Holding, de forma que esta passou a ser cotista direta, enquanto o Banco passou a ter participação indireta nessas empresas. Conforme descrito no fato relevante datado de 26 de novembro de 2025, houve alienação da participação de 32,74% na Byx Capital pelo montante, a receber, de R$101.463, que está registrado na rubrica de 'Outros ativos' do Balanço Patrimonial no Consolidado. Parte desse valor a receber, correspondente a R$63.333, que foi financiado por meio da emissão, pela Compradora, de notas comerciais, com integral subscrição e desembolso pelo Banco, com garantias constituídas pela alienação fiduciária de cotas de fundo de investimento detidas pelo emissor das notas comerciais, conforme previsto no contrato da operação. O montante de R$97.206 foi efetivamente recebido em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros. A alienação dessa participação societária gerou um resultado de R$62.458, antes de efeitos tributários, registrado na rubrica 'Receitas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas' no Individual e 'Receitas (Despesas) Operacionais - Outras receitas operacionais' no Consolidado. Adicionalmente, nessa transação, a Pine Holding recebeu 2.006.881 de quotas da Amigoz (que representam 37,65% do seu capital social), previamente detidas pela Byx Capital, por meio de cisão parcial desproporcional da Byx Capital, com incorporação da parcela cindida (composta exclusivamente pelas Quotas Amigoz) pela Pine Holding, o que resultou na entrega dessas Quotas Amigoz à Pine Holding, pelo valor contábil, totalizando 87,87% de participação, passando a consolidar a Amigoz no conglomerado a partir de dezembro de 2025. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Bacen em dezembro de 2025.
(11) Em Alteração Contratual datada de 28 de novembro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R$4.120, mediante emissão de 4.120.000 novas cotas.
(12) Em Alteração Contratual datada de 09 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R$18.750, mediante emissão de 68.684.999 novas cotas.
(13) Em Reunião de Sócios realizada em 20 de outubro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional aos acionistas minoritários, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R$4.
(14) Em Reunião de Sócios realizada em 20 de outubro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional aos acionistas minoritários, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R$101.
(15) Em Reunião de Sócios realizada em 29 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta de Lucros Acumulados, no montante total de R$224.
(16) Em Reunião de Sócios realizada em 29 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta de Lucros Acumulados, no montante total de R$542.
(17) Em Reunião de Sócios realizada em 31 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta de Lucros Acumulados, no montante total de R$60.000.
(18) Em Reunião de Sócios realizada em 31 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R$49.000.
(19) Em Reunião de Sócios realizada em 31 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R$4.900.

b) Outros Investimentos

	Individual e Consolidado
	31/12/2025
CIP S.A. (1)	260
Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI)	1.000
Total	**1.260**

(1) Em 26 de junho de 2025, houve recebimento de dividendos da CIP S.A. no montante de R$43. Em 10 de dezembro de 2025, houve recebimento de dividendos da CIP S.A. no montante de R$39. Em 31 de dezembro de 2025, houve valorização das ações da CIP S.A., no montante de R$7 .

12. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Imóveis	343.798	856.623
Provisão ao valor recuperável	-	(1.455)
Total	**343.798**	**855.168**
Não Circulante	**343.798**	**855.168**

b) Despesas antecipadas

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Prêmios de seguros pagos	15.480	24.187
Aluguéis	7.267	7.267
Custos de estruturação	40.189	40.189
Outras (1)	92.866	93.005
Total	**155.802**	**164.648**
Circulante	**28.191**	**28.407**
Não Circulante	**127.611**	**136.241**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, referem-se, substancialmente, a custos de emissão de cartão de crédito, incluindo custos de impressão, embalagem, envio e entre outros no montante de R$91.817.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

c) Diversos

	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Adiantamentos e antecipações salariais	213	260
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	3.123	4.443
Adiantamentos por conta de imobilizações	17.783	20.337
Rendas a receber	26.412	43.344
Dividendos a receber	116.468	1.377
Devedores por depósito em garantia (Nota 16.b)	82.590	85.743
Negociação e intermediação de valores	20.978	20.978
Imposto de renda a compensar	157.263	168.160
Valores a receber de sociedades ligadas	10.931	5.923
Investimentos mantidos para venda (2)	149.607	-
Títulos e créditos a receber	44.229	44.229
Devedores diversos - País e exterior (1)	194.278	304.868
Total	**823.875**	**699.662**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, refere-se, substancialmente, ao: (i) valor a receber referente a venda da Byx Capital Ltda. pela Pine Holding, no montante de R$101.463 no Consolidado, o montante de R$97.206 foi efetivamente liquidado em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros, (ii) a antecipação de planos de pagamento baseado em ações, no montante de R$81.806 no Individual e R$82.724 no Consolidado e (iii) contas a receber de terceiros no montante de R$49.463 no Individual e no Consolidado.
(2) Refere-se a investimentos mantidos para venda conforme descrito na Nota 3.p. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi registrado o impairment de R$53

13. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	01/01/2025	01/01 a 31/12/2025				Individual 31/12/2025
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	**11.176**	**4.458**	**(1.832)**	**33.847**	**(20.045)**	**13.802**
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	11.176	4.458	(1.832)	33.847	(20.045)	13.802
Outros Imobilizados de Uso	**33.160**	**16.670**	**(4.010)**	**53.006**	**(7.186)**	**45.820**
Sistema de Segurança e Comunicação	1.528	39	(303)	3.932	(2.668)	1.264
Sistema de Transporte	31.632	14.821	(3.491)	47.264	(4.302)	42.962
Imobilizado de arrendamento	-	1.810	(216)	1.810	(216)	1.594
Total	**44.336**	**21.128**	**(5.842)**	**86.853**	**(27.231)**	**59.622**

14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Depósitos (Nota 14.a)	15.820.956	15.749.002
Captações no mercado aberto (Nota 14.b)	4.681.536	4.681.536
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 14.c)	4.838.955	4.838.955
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 14.d)	197.494	197.494
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	**(290.651)**	**(290.651)**
Total ajustado ao valor justo	**25.248.290**	**25.176.336**

(1) Refere-se ao valor justo de captações que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

a) Depósitos

						31/12/2025
			Individual			Consolidado
Composição por Vencimento	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Sem vencimento	81.919	-	-	69.120	-	-
Até 30 dias	,	1.070.233	-	-	1.070.231	-
De 31 a 60 dias	-	544.567	133.432	-	544.566	133.432
De 61 a 90 dias	-	376.844	93.578	-	376.764	93.578
De 91 a 180 dias	-	1.334.110	14.129	-	1.332.857	14.129
De 181 a 360 dias	-	1.987.606	297.291	-	1.985.067	297.291
Acima de 360 dias	-	9.887.247	-	-	9.831.967	-
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	-	**(289.027)**	-	-	**(289.027)**	-
Total	**81.919**	**14.911.580**	**538.430**	**69.120**	**14.852.425**	**538.430**

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado 31/12/2025
Obrigações por operações compromissadas	
NTN - notas do tesouro nacional	3.618.497
Debêntures	1.060.856
Certificado de recebíveis imobiliários	2.183
Total	**4.681.536**

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

					Individual e Consolidado 31/12/2025
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	58.694	227.937	393.091	-	679.722
Letras de crédito do agronegócio	135.926	384.571	1.081.207	-	1.601.704
Letras financeiras	123.296	225.165	2.137.377	71.691	2.557.529
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	**(6)**	**(1.245)**	**(312)**	**(61)**	**(1.624)**
Total ajustado ao valor justo	**317.910**	**836.428**	**3.611.363**	**71.630**	**4.837.331**

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

			Individual e Consolidado 31/12/2025
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total
Repasses do país - instituições oficiais	-	41.913	41.913
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	155.581	-	155.581
Total	**155.581**	**41.913**	**197.494**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

15. DÍVIDA SUBORDINADA

							Individual e Consolidado
Por prazo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/2025
Letras Financeiras Subordinadas	709	6.149	68.402	171.053	419.759	136.570	802.642
(+/-) Ajuste ao valor justo [1]	**-**	**-**	**(5.912)**	**-**	**(23.456)**	**-**	**(29.368)**
Total ajustado ao valor justo	**709**	**6.149**	**62.490**	**171.053**	**396.303**	**136.570**	**773.274**

(1) Refere-se ao valor justo de letras financeiras subordinadas que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

						Individual e Consolidado
Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2025
Letras Financeiras						
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.835
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.023
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	31.965
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	165% a 190%	30.525
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	111.052
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	147.784
	287.004	2024	2030 até 2099	CDI	100% a 154%	313.157
	121.556	2025	2030 até 2099	CDI	100% a 133%	131.933
Total	**676.415**					**773.274**

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 16.b)	-	29
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 16.b)	11.792	11.792
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 16.b)	1.334	1.334
Total	**13.126**	**13.155**

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Individual		Consolidado	
	Depósitos judiciais 31/12/2025	Provisão 31/12/2025	Depósitos judiciais 31/12/2025	Provisão 31/12/2025
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	61.203	-	64.356	29
Contingências Trabalhistas	15.396	11.792	15.396	11.792
Contingências Cíveis	5.991	1.334	5.991	1.334
Total	**82.590**	**13.126**	**85.743**	**13.155**

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1°. da Lei n° 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medidas executivas, em relação às quais o Pine e a Pine Investimentos apresentaram defesas e aguardam decisões definitivas. Em 31 de dezembro de 2025, não havia depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos relativos ao PIS representavam R$59.060 no Individual e R$59.449 no Consolidado.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R$8.475 no Individual e no Consolidado.

c) Movimentação das provisões passivas

	Individual 31/12/2025				Consolidado 31/12/2025			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 01/01/2025	**-**	**10.389**	**1.435**	**11.824**	**578**	**10.389**	**1.435**	**12.402**
Constituição (reversão)	-	84	(104)	(20)	(549)	84	(104)	(569)
Atualização	-	1.319	3	1.322	-	1.319	3	1.322
Saldo final	**-**	**11.792**	**1.334**	**13.126**	**29**	**11.792**	**1.334**	**13.155**

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis.

17. OUTROS PASSIVOS

	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.949	2.949
Credores diversos - país e exterior [1]	253.893	1.119.446
Fiscais e previdenciárias (Nota 17.a)	495.572	543.974
Sociais e estatutárias	30.000	30.786
Provisões de despesas de pessoal	63.525	54.498
Outros	43.727	61.676
Obrigações por operações vinculadas a cessão - Operações de crédito	1.814.780	-
Total	**2.704.446**	**1.813.329**
Circulante	**2.476.131**	**1.557.269**
Não Circulante	**228.315**	**256.060**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, no consolidado, refere-se, principalmente, a obrigações com debenturistas seniores das debentures que são consolidadas nessas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.387	11.571
Impostos e contribuições sobre salários	4.731	13.996
Impostos e contribuições sobre o lucro	79	17.219
ISS	153	869
IRRF	352	352
PIS e Cofins a recolher	2.156	2.800
Provisão para Pis e Cofins	-	8.012
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 10.b)	486.303	486.808
Outros	411	2.347
Total	**495.572**	**543.974**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado totaliza R$1.000.910 e está dividido em 232.451.347 ações nominativas, sendo 119.162.783 ordinárias e 113.288.564 preferenciais sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R$36.954 e, no máximo, R$48.719, mediante a emissão de, no mínimo, 4.337.268 ações, sendo 2.225.396 ações ordinárias e 2.111.872 ações preferencias, e, no máximo, 5.718.156 novas ações, sendo 2.933.911 ações ordinárias e 2.784.245 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R$8,52 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem. Será concedido a todos os acionistas que constarem da posição acionária do Banco na data de 16 de outubro de 2025 o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco será realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital será levado à aprovação do Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$1.642, mediante emissão de 386.717 novas ações nominativas, sendo 188.445 ordinárias e 198.272 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 (“Décimo Primeiro período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 (“Terceiro período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de dezembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$997, mediante emissão de 311.198 novas ações nominativas, sendo 129.441 ordinárias e 181.757 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 (“Décimo período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 (“Segundo período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de setembro de 2025.

Em 24 de abril de 2025, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 3.342.492 ações preferenciais nominativas e 73.100 ações ordinárias nominativas de emissão do Banco, no montante de R$15.104, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R$952.902, passa a ser dividido em 226.428.370 ações nominativas, sendo 115.914.712 ordinárias e 110.513.658 preferenciais, sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de abril de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$130, mediante emissão de 49.979 novas ações nominativas, sendo 18.740 ordinárias e 31.239 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 (“Nono período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 (“Primeiro período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de junho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 (“Oitavo período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

b) Reservas de capital

As reservas de capital podem ser compostas por: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente podem ser usadas para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de capital do Banco Pine, são compostas pelo diferimento dos planos de remuneração baseados em ações.

c) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o capital próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$23.700, à base de R$0,1022642, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R$57.316, à base de R$0,253295, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 27 de novembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$23.200, à base de R$0,1025173, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 29 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de julho de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$24.700, à base de R$0,1099374, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de julho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.750, à base de R$0,0823389, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.117, à base de R$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em R$66.450.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

Em 31 de dezembro de 2025, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

	Individual e Consolidado					
	31/12/2025					
Descrição	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	26/12/2025	17/01/2026	0,102264	23.700	0,086663	20.145
Juros sobre o Capital Próprio	13/10/2025	27/11/2025	0,253295	57.316	0,214866	48.719
Juros sobre o Capital Próprio	09/10/2025	29/10/2025	0,102517	23.200	0,086974	19.720
Juros sobre o Capital Próprio	04/07/2025	25/07/2025	0,109937	24.700	0,092722	20.995
Juros sobre o Capital Próprio	04/04/2025	25/04/2025	0,082339	18.750	0,069356	15.938
Total				**147.666**		**125.517**

A seguir apresentamos a conciliação dos juros sobre o capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	443.594
Reserva legal	(22.180)
Base de cálculo	**421.414**
Juros sobre o capital próprio [1]	153.966

(1) O montante de juros sobre o capital próprio distribuído ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, será imputado ao dividendo mínimo obrigatório relacionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O valor é sujeito à retenção de IRRF de 15% sobre o valor apresentado na Nota Explicativa. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de juros sobre o capital próprio distribuído, atingiu os 25% de mínimos obrigatórios.

e) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025 no montante de R$6.300. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 no montante de R$3.131. O pagamento ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2025.

f) Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco pine recomprou 11.644.187 ações, no montante de R$73.290, a um custo médio de R$6,29.

	Individual e Consolidado		
	31/12/2025		
Descrição	Valor	Quantidade	Custo médio
Saldo inicial em 01/01/2025	**20.406**	**4.676**	
Aquisições de ações	73.290	11.644	6,29
Cancelamento de ações	(15.104)	(3.416)	4,42
Liberações - Remuneração baseada em ações	(70.522)	(12.081)	5,84
Saldo final	**8.070**	**823**	

g) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual e Consolidado
	31/12/2025
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**(69)**
Títulos e valores mobiliários	(69)
Efeito Tributário	**(14)**
Empresas coligadas	
Outros [1]	**(1.615)**
Total	**(1.698)**

'(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se a efeitos contábeis reflexos decorrentes de registros ocorridos entre contas do patrimônio líquido de empresas coligadas.

19. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Adiantamentos a depositantes	18	1.061	18	1.061
Rendas de empréstimos [1] [2]	1.600.233	2.964.841	1.769.422	3.242.835
Rendas de financiamentos [1]	30.514	38.251	30.514	38.251
Total	**1.630.765**	**3.004.153**	**1.799.954**	**3.282.147**

(1) Contempla variação cambial.
(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R$325.504 no Individual e no Consolidado.

b) Operações de captação no mercado

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Despesas de depósitos interfinanceiros	35.413	105.959	35.413	105.959
Despesas de depósitos a prazo [1]	952.111	2.024.105	950.815	2.017.685
Despesas de operações compromissadas	306.365	588.418	450.253	800.315
Despesas de contribuição ao FGC	10.276	19.802	10.276	19.802
Despesas com LCA [2]	83.057	126.905	83.057	126.905
Despesas com LF [3]	243.505	421.168	243.505	421.168
Despesas com LCI [4]	54.368	105.850	54.368	105.850
Total	**1.685.095**	**3.392.207**	**1.827.687**	**3.597.684**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R$245.261 no Individual e no Consolidado.
(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R$345 no Individual e no Consolidado.
(3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R$4.043 no Individual e no Consolidado.
(4) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R$2.560 no Individual e no Consolidado.

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Variação cambial de empréstimos e repasses do exterior	(2.798)	18.591	(2.798)	18.591
Total	**(2.798)**	**18.591**	**(2.798)**	**18.591**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Comissão de fiança	8.352	16.820	8.352	16.820
Comissão de intermediação de colocação de títulos	120	120	36.418	70.656
Rendas de cobrança	891	1.623	891	1.623
Rendas com tarifas	3.163	7.880	3.163	7.880
Serviços de corretagem	-	-	13.491	19.087
Outras (1)	2.590	3.409	22.442	23.261
Total	**15.116**	**29.852**	**84.757**	**139.327**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no Consolidado, refere-se, principalmente, receita de prestação de serviços de intermediação de negócios / gestão de carteira consignado.

e) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Proventos	43.551	79.586	46.240	84.032
Benefícios	12.720	22.014	13.042	22.405
Encargos sociais	15.135	30.169	16.811	32.659
Honorários da diretoria	7.762	14.640	8.203	15.273
Estagiários	334	527	344	537
Total	**79.502**	**146.936**	**84.640**	**154.906**

f) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Despesas de água, energia e gás	307	653	307	653
Despesas com aluguéis	5.549	10.962	5.549	10.962
Despesas de arrendamento de bens	567	890	567	890
Despesas com contribuições filantrópicas	13	13	13	13
Despesas de comunicações	4.566	8.356	4.566	8.356
Despesas de manutenção e conservação de bens	2.845	4.696	2.845	4.696
Despesas de material	219	407	219	407
Despesas de processamento de dados	27.787	45.348	27.807	45.376
Despesas de relações públicas	3.224	5.051	3.225	5.151
Despesas de seguros	2.792	7.942	2.832	8.004
Despesas com serviços do sistema financeiro (1)	122.050	170.790	133.806	182.549
Despesas com serviços de terceiros	7.736	11.820	8.546	13.534
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.934	3.280	1.936	3.280
Despesas com serviços técnicos especializados	21.698	34.413	29.536	46.484
Despesas de transporte	2.622	4.368	2.622	4.368
Despesas de viagens	1.838	3.069	1.839	3.070
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	4.145	4.262	4.144	4.261
Despesas de amortização e depreciação	8.102	15.554	8.102	15.554
Emolumentos judicias e cartorários	3.656	4.964	3.656	4.966
Outras despesas administrativas	4.674	8.726	6.352	11.421
Total	**226.324**	**345.564**	**248.469**	**373.995**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

g) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
ISS	647	1.454	3.003	5.376
Cofins	24.975	34.892	28.466	41.021
PIS	4.059	5.670	4.814	6.996
Outros (1)	379	1.517	4.333	6.356
Total	**30.060**	**43.533**	**40.616**	**59.749**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, a despesas com IPTU.

h) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Recuperação de encargos e despesas (1)	27.182	30.131	30.833	33.782
Atualização monetária ativa (2)	4.252	8.483	4.445	8.813
Atualização de créditos judiciais	15	63	15	63
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	701	751	701	751
Outras rendas operacionais (3)	6.841	6.967	72.397	73.222
Total	**38.991**	**46.395**	**108.391**	**116.631**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se principalmente, à ressarcimento de custos operacionais.
(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se principalmente, à atualização monetária sobre o estoque dos impostos a compensar.
(3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no Consolidado, refere-se principalmente, ao resultado auferido na venda da Byx Capital Ltda. pela Pine Holding no montante de R$62.458 (Nota 11).

i) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Variação cambial	(2)	1	(2)	1
Outras despesas operacionais	15.394	21.255	27.542	35.290
Total	**15.392**	**21.256**	**27.540**	**35.291**

j) Resultado não operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o resultado não operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas não operacionais	12.887	22.359	33.047	93.744
Despesas não operacionais	(22.487)	(29.194)	(41.688)	(111.737)
Total	**(9.600)**	**(6.835)**	**(8.641)**	**(17.993)**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	335.892	563.674	353.086	587.161
Lucro líquido antes da tributação	**335.892**	**563.674**	**353.086**	**587.161**
Alíquota vigente (Nota 3.t)	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(151.151)	(253.653)	(158.889)	(264.222)
Diferenças permanentes	**102.381**	**133.573**	**94.166**	**121.896**
Juros sobre o capital próprio	46.897	66.450	46.897	66.450
Outros ajustes (1)	55.484	67.123	47.269	55.446
Imposto de renda e contribuição social	**(48.770)**	**(120.080)**	**(64.723)**	**(142.326)**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

21. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e

b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações:

i. 10% do valor será pago em instrumentos baseados em ações de forma a vista; e

ii. 40% do valor será pago em instrumentos baseados em ações diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R$14.201 e a despesa no montante de R$34.356 no Individual e R$45.363 no Consolidado de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Remuneração fixa	7.761	14.638
Remuneração variável	7.486	14.201
Benefícios de curto prazo	5.237	13.141
Total	**20.484**	**41.980**

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos) 31/12/2025	Receitas (Despesas) 31/12/2025
Administradores (1)			**(13.589)**	**(1.990)**
Operações de crédito	-	10/03/2031	17.056	(586)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(6)	-
Depósitos a prazo	100% a 120% CDI e 100% IPCA	26/03/2031	(23.511)	(1.078)
Captação no mercado aberto	95% CDI	19/06/2029	(2.183)	(74)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	96% a 100% CDI	28/11/2028	(1.680)	(36)
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 100% CDI	16/04/2027	(1.214)	(140)
Recursos de letras financeiras subordinadas	100% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	(2.051)	(76)
Familiares imediatos (1)			**(38.208)**	**(1.271)**
Operações de crédito	6,50% CDI	07/05/2031	730	(261)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(5.369)	-
Depósitos a prazo	99% a 120% CDI e 100% IPCA	14/04/2031	(5.455)	(204)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	100% CDI	27/11/2028	(1.066)	(15)
Recursos de letras de crédito imobiliário	98% CDI	18/05/2026	(494)	(60)
Recursos de letras financeiras subordinadas	135% CDI e 100% IPCA	27/09/2030	(26.554)	(731)
Recursos de letras financeiras	100% IPCA	30/10/2027	(90)	(2)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

Empresas ligadas	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos) 31/12/2025	Receitas (Despesas) 31/12/2025
Empresas ligadas			**(48.866)**	**(10.860)**
Valores a receber				
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			7.980	1
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)			-	103
Pine Corretora de Seguros Ltda.			28	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.			-	12
Pine Holding S.A.			2.923	-
Depósitos à vista				
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	(2.135)	-
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)		Sem vencimento	(2)	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(1.290)	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	(484)	-
Pine Holding S.A.		Sem vencimento	(160)	-
Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.		Sem vencimento	(1)	-
Depósitos a prazo				
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	27/11/2028	(4.299)	(523)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	28/12/2028	(14.486)	(6.205)
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	99% CDI	24/01/2028	(2.786)	(336)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	07/12/2028	(60)	(319)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	21/12/2028	(16.804)	(1.512)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(1.884)	(894)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	04/08/2028	(15.290)	(1.178)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	112% CDI	29/06/2028	(10)	(2)
Pine Holding S.A.	99% CDI	29/06/2028	(106)	(7)

Empresas indiretas	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos) 31/12/2025	Receitas (Despesas) 31/12/2025
Participações Indiretas			**(12.825)**	**(638)**
Depósitos à vista				
Amigoz Ltda.	-	Sem vencimento	(1)	-
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	-	Sem vencimento	(9.184)	-
Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	Sem vencimento	(3)	-
Boreal Capital Ltda.	-	Sem vencimento	(176)	-
Depósitos a prazo				
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	13/04/2028	(164)	(16)
Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99% CDI	21/12/2028	(3.297)	(139)
Operações de crédito				
BYX Capital Ltda. (2)	21,27% a.a.	31/01/2028	-	(483)

(1) Os valores referentes aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.
(2) Refere-se às receitas auferidas até a data de alienação da Byx Capital, conforme divulgado na nota explicativa 11.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2025, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

						31/12/2025
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	116.302.114	97,60	41.423.926	36,56	157.726.040	67,85
Pessoa Jurídica	920.847	0,77	8.727.759	7,70	9.648.606	4,15
Conselho de Administração	3.044	0,00	82.851	0,07	85.895	0,04
Conselho Fiscal	604.244	0,51	6.989.701	6,17	7.593.945	3,27
Diretoria Executiva	219.657	0,18	17.305.084	15,28	17.524.741	7,54
Total	**118.049.906**	**99,06**	**74.529.321**	**65,79**	**192.579.227**	**82,85**

22. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, são operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas, conforme com o Art. 37, da Resolução CMN 4.966, sendo o instrumento financeiro alocado por estágios. A Metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com o Art. 45 da Resolução CMN 4.966, tem como base de cálculo o valor presente desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas. O modelo é revisado mensalmente, ou sempre que houver alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio no qual está alocado o instrumento, de acordo com a Resolução CMN 4.966, Art. 48.

	Individual e Consolidado	
	31/12/2025	
Tipo de Garantia Financeira	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	13.869	1
Outras Fianças Bancárias	549.104	120
Total	**562.973**	**121**

23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de “Participações sobre o lucro no exercício”.

24. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução

O Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

• Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;

Notas Explicativas

• Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;

• Comitê de Crédito, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);

• Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);

• CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;

• Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;

• Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;

• Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária; e

• Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites.

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

• Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Pine.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela Instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;

• Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência é realizado de forma tempestiva, com o objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice ‘Over 90’, que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação de créditos pelo Banco.

Inclusive realiza a Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 7 e 8).

f) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;

• Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Notas Explicativas

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez target tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

g) Gerenciamento de Risco de Mercado

A gestão de riscos do Pine é aderente à Resolução CMN nº 4.557/2017, constituindo um processo transparente para tomadas de decisão de forma tempestiva, observando os riscos que o Banco está exposto.

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;

• Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) Bacen, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2025:

		Análise de Sensibilidade		
		31/12/2025		
		Cenários		
Fator de Risco	**Exposição**	**Provável (I)**	**Possível (II)**	**Remoto (III)**
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(328.953)	(411.192)	(616.788)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	10.959	13.699	20.548
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(6.243)	(7.804)	(11.706)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(6.243)	(7.804)	(11.706)
Total (soma não correlacionada)*		**(330.480)**	**(413.101)**	**(619.651)**
Total (soma correlacionada)**		**(52.625)**	**(65.781)**	**(98.672)**

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários

Cenário I - Provável

Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31 de dezembro de 2025 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).

Curva	**Taxa Mercado (1 ano)**	**Choque**	**Nova Taxa Mercado (1 ano)**
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,81%	0,01%	13,82%
Índice de Preços (IPCA)	9,76%	0,01%	9,77%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	0,01%	2,06%
Taxa de Cupom de Dólar	4,82%	0,01%	4,83%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	4,79%	0,01%	4,80%
Taxas *OffShore (Libor* + outras *Offshore*)	2,85%	0,01%	2,86%
Cesta de Moedas	5,50	0,01%	5,50

Cenário II - Possível

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	**Taxa Mercado (1 ano)**	**Choque**	**Nova Taxa Mercado (1 ano)**
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,81%	25%	17,27%
Índice de Preços (IPCA)	9,76%	25%	12,20%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	25%	2,56%
Taxa de Cupom de Dólar	4,82%	25%	6,03%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	4,79%	25%	5,98%
Taxas *OffShore (Libor* + outras *Offshore*)	2,85%	25%	3,56%
Cesta de Moedas	5,50	25%	6,88

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	**Taxa Mercado (1 ano)**	**Choque**	**Nova Taxa Mercado (1 ano)**
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,81%	50%	20,72%
Índice de Preços (IPCA)	9,76%	50%	14,64%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	50%	3,07%
Taxa de Cupom de Dólar	4,82%	50%	7,23%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	4,79%	50%	7,18%
Taxas *OffShore (Libor* + outras *Offshore*)	2,85%	50%	4,27%
Cesta de Moedas	5,50	50%	8,25

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PRSAC)

A PRSAC norteia a Instituição para considerar os aspectos sociais, ambientais e climáticos como direcionadores estratégicos nas atividades, operações e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

Os pilares da Política são as diretrizes, os papéis e responsabilidades, o gerenciamento dos riscos socioambiental e climático (risco SAC) e o rol de restrições. Os tópicos observam a legislação brasileira que aborda os temas sociais e ambientais e regulamentações do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como suas consultas públicas.

As partes interessadas da PRSAC são, os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados.

O gerenciamento do risco SAC é integrado na concessão de crédito, pois o resultado da análise de risco é um dos fatores que compõe a nota do cliente. Sendo assim, se PLD-FTP localizar ponto socioambiental desabonador, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito, que será definido pela área de Análise de Crédito.

Seguindo as diretrizes da Política, o Pine se reserva ao direito de restringir a concessão de crédito a algumas atividades e setores. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados de 2018).

h) Índice de Basileia

O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2025, foi de 14,69%, calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

i) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Resolução BCB n° 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

25. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no exercício estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	31/12/2025		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R$	198	39
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R$	296	41

Em 31 de dezembro de 2025, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. Em 31 de dezembro de 2025, o custo dos contratos de arrendamento foram reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica 'Despesas administrativas - arrendamento de bens', no montante de R$890.

b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN n° 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

c) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

d) Resultado recorrente e não recorrente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve resultado não recorrente no montante de R$62.458, decorrente da venda da Byx Capital Ltda. pela Pine Holding. O resultado da venda está registrado na rubrica "Receitas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas" no Individual e "Receitas (Despesas) Operacionais - Outras receitas operacionais" no Consolidado (Nota 11).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$21.917, mediante emissão de 5.206.870 novas ações nominativas, sendo 2.524.594 ordinárias e 2.682.276 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 (“Décimo Segundo período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 (“Quarto período de exercício”). O aumento está pendente de aprovação pelo Bacen.

b) Participação societária Amigoz Ltda.

Em Instrumento Particular de Alteração datado de 27 de janeiro de 2026, a Pine Holding adquiriu 638.634 quotas da Amigoz Ltda., no montante de R$13.601. Após a aquisição dessas novas quotas a Pine Holding passará a deter 99,85% de participação da Amigoz, o que representa a quantidade de 5.321.950 quotas.

****
A DIRETORIA

CONTADOR
Breno Costa Amaral - CRC MG 074923/O-9

Notas Explicativas

BANCO PINE

CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1.830
6º andar | São Paulo – Brasil

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração de valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez, classificados em hierarquia nível 3 (Notas 3(e) e 6(a))

O Banco possui investimentos em instrumentos financeiros, classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR), classificados em hierarquia nível 3.

Esses instrumentos financeiros não são negociados em mercado ativo. O processo de mensuração do seu respectivo valor justo envolve subjetividade em sua determinação, considerando técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos que, por sua vez, envolvem premissas e julgamentos da administração para sua mensuração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse

processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros.

Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em períodos anteriores, bem como práticas de mercado, quando aplicável.

Efetuamos testes de recálculo do valor justo desses instrumentos financeiros, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, conforme divulgados nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(i) e 8)

A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, de forma prospectiva, bem como para a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Res. CMN nº 4.966, é uma área que envolve julgamento da Administração na classificação dos créditos por estágios previstos no respectivo normativo, bem como a aplicação de metodologia que utiliza premissas e considera fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação.

Essa é uma área determinada como foco de auditoria, pois o uso de julgamento da administração na mensuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação a implementação da Resolução CMN nº 4.966, avaliamos os processos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco nos modelos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Realizamos entendimento sobre os procedimentos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da Res. CMN nº 4.966, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma, aplicáveis ao processo de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Em relação à metodologia e mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos ao normativo, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a avaliação da integridade da base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos ativos financeiros por estágios, (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(t) e 10)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses ativos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação das premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos determinadas premissas utilizadas nas projeções orçamentárias elaboradas pela administração com projeções

macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Mensuração do valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda (Notas 3(k) e 12(a))

O Banco e suas controladas possuem ativos não financeiros mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, e avaliações internas que mensuram o valor justo de certos ativos, com base em metodologia de cálculo, considerando premissas estabelecidas pela administração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos controles da administração sobre a avaliação do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda, bem como a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade da metodologia e premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a avaliação do histórico de vendas, de imóveis similares, realizadas pelo Banco e suas controladas, quando aplicável.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Contingências fiscais (Notas (3(s) e 16(b))

O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no semestre corrente.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação dos dados dos principais processos com os assessores jurídicos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia da informação

Devido a diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a

elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco e suas controladas em sua operação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., infra-assinados, no uso de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, de acordo com o previsto no artigo 163, VII, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no artigo 27, § 1º, III, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, que incluem os balanços patrimoniais e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e as notas explicativas ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"), incluindo a proposta de destinação do resultado, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, e à vista do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria, datado de 18 de fevereiro de 2026, e do "Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), não havendo quaisquer ressalvas a serem feitas em relação às citadas peças.

São Paulo, 18 de fevereiro 2026.

Presidente do Conselho Fiscal

Sergio Tuffy Sayeg

Membros do Conselho Fiscal

Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Felipe Camera Ruiz

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores (https://ri.pine.com), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna e da Secretaria de Governança, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela Administração e demais funcionários.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua elaboração. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação e apresentação, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente e adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras: O Comitê em reuniões com a Contabilidade, Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas pela Administração, pelo Auditor Independente e pelo Comitê de Auditoria para o período em análise, que possam comprometer as informações apresentadas.

d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a Diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado Pine, de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

e) Canal de Denúncias: O Comitê de Auditoria acompanha o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no sítio eletrônico do Conglomerado Pine, bem como o tratamento dos casos com envolvimento da Administração, quando existentes, através de reuniões realizadas periodicamente com a área de Compliance.

f) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança, atuação e comprometimento dos gestores.

g) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades. Adicionalmente, a Presidente do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2025, assim como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2026.

Walkyria Aparecida Augusto – Presidente

Harumi Susana Ueta Waldeck – Membro qualificado

Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidados e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Giuseppe Paternostro Neto
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidadas e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a opinião expressa no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Giuseppe Paternostro Neto
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz